RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

CURITIBA
Abril/2018

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Rua Dep. Mário de Barros, 1290 | 1º andar | CEP 80530.913 | Caixa Postal 15079 | Curitiba | Paraná
Fone [41] 3350-3300 | Fax [41] 3353-3300 | www.paranacidade.org.br | paranacidade@paranacidade.org.br

RELATÓRIO OPERACIONAL DO CONTRATO DE GESTÃO

Governo do Estado do Paraná
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Exercício de 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, prestação de contas anual a que esta Entidade está obrigada, nos termos do art.19 da Lei 15.211/2006.

SUMÁRIO

I	**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO----------**	04
II	**COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA ----------**	04
III	**CARTA DO SUPERINTENDENTE ----------**	05
IV	**APRESENTAÇÃO----------**	06
V	**RELATÓRIO OPERACIONAL – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ----------**	07
VI	**RELATÓRIO OPERACIONAL– DIRETORIA DE OPERAÇÕES ----------**	30
VII	**ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS ----------**	50

- Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE ---------- 52
- Demonstrativos Orçamentários FDU ---------- 57
- Demonstrativo Gerencial dos Fluxos de Caixa---------- 63
- Demonstrações Contábeis ---------- 66
- Parecer da Auditoria Externa ---------- 88

VIII ANEXO

- Deliberação do Conselho de Administração

I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Superintendente do PARANACIDADE
SILVIO MAGALHÃES BARROS II

MEMBROS NATOS

Secretário de Estado da Fazenda
GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN - **Presidente**

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
JURACI BARBOSA SOBRINHO

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
ANTONIO CARLOS BONETTI

MEMBROS EFETIVOS

Representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná
DARCI PIANA

Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, Dep.do Paraná
CLAUDIA CRISTINA TABORDA LOBO

Representante da Federação das Indústrias do Paraná
HELIO BAMPI

Representante do Instituto de Engenharia do Paraná
ITACY DE AMOEDO CANTO

II - DIRETORIA EXECUTIVA

Superintendente
SILVIO MAGALHÃES BARROS II

Superintendente Executivo
WELLINGTON OTAVIO DALMAZ

Diretor de Administração e Finanças
CLAUDIO STABILE

Diretor de Operações
ALBARI ALVES DE MEDEIROS

III – CARTA DO SUPERINTENDENTE

Curitiba, abril de 2018.

Ao
Conselho de Administração do
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Nesta.

Senhores Conselheiros,

As atividades e ações desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2017 foram estabelecidas no Plano de Ação Estratégica, aprovado na 142ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 06/12/2016.

Em atendimento ao disposto na Lei 15.211/2006, apresentamos à consideração dos Senhores membros do Conselho de Administração, o Relatório Operacional do Contrato de Gestão, firmado com o Governo do Estado do Paraná, relativo ao Exercício de 2017.

Este Relatório de forma consubstanciada apresenta as ações e atividades do PARANACIDADE em 2017 e também, as Demonstrações Contábeis do exercício com suas peças complementares, além do parecer técnico emitido pela empresa de auditoria externa SANTOS BARBOSA & SILVA AUDITORES ASSOCIADOS LTDA.-ME.

Atenciosamente,

Silvio Magalhães Barros II
Superintendente do PARANACIDADE

IV - APRESENTAÇÃO

Neste Relatório serão demonstradas, as ações e atividades desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2017 atendendo as diretrizes expressas no Contrato de Gestão que a Entidade mantém com o Governo do Estado, aos objetivos estabelecidos em seu Estatuto, além daquelas contempladas pelo Plano de Ação Estratégica para o exercício e outras aprovadas pelo Conselho de Administração em suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

São agrupadas neste Relatório, em blocos de informações distintas, aquelas ações e atividades que se referem às Diretorias de Administração e Finanças e de Operações acompanhadas da avaliação de desempenho, obtida a partir do resultado dos indicadores de desempenho até dezembro de 2017 e algumas informações relativas aos aspectos contábeis e financeiros.

A Prestação de Contas Anual do PARANACIDADE apresentada no Capítulo Aspectos Orçamentários, Contábeis e Financeiros é consubstanciada com parecer da empresa de auditoria externa SANTOS BARBOSA & SILVA AUDITORES ASSOCIADOS LTDA.-ME.

V - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. Objetivo:
Desenvolver política de Recursos Humanos, compatível com as necessidades da organização e do seu quadro funcional.

Ação:
Levantamentos e pesquisas de clima organizacional e de atuação funcional, identificando aspectos e situações que mereçam atenção e medidas especiais.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
-Negociar, com o Sindicato representativo da categoria o Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de junho/2017 a maio/2018.	-Conclusão do Acordo.	- Houve acordo, sendo aprovado o percentual de 3,6%.	-	Sim	-	-
- Alterações no Plano de Cargos, Salários e Benefícios, com vistas a simplificar e tornar menos oneroso para a Entidade, a aplicação da sistemática de avaliação de desempenho e competências.	- Entrega pela Consultoria, das propostas para as mudanças em 13/09/2016. -Implementação 2016/2017.	- Pendente a homologação por parte do Governador do Estado.	-	-	Sim	-
-Instituir ferramentas que beneficiem o clima organizacional e a comunicação interna.		- Lançado em junho/2017 o "Informativo do PARANACIDADE. Trata-se de um informe encaminhado via e-mail para todo o quadro, com as principais notícias da empresa, dicas uteis, lista de aniversariantes, acompanhado de mensagem da Diretoria. A princípio será elaborado uma edição a cada três meses.	-	-	Sim	-

2. Objetivo:
Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:
Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Identificar clientela e possibilitar o treinamento demandado – programa de qualificação e treinamento.	[1]Elaboração do Programa e divulgação.	[1]Treinados/ qualificados 04 empregados. Treinados/ qualificados 12 empregados sem custo. - Retomada de Programa de Capacitação Interna por Grupo de Trabalho: GT – Capacitação Interna.	41.641,28 - -	Sim - -	- - Sim	- - -

Nota 1: Em decorrência da falta de verba, a Diretoria Executiva suspendeu o Programa de Qualificação e Treinamento a partir de 27/11/2013, não prejudicando os treinamentos em andamento e aqueles necessários ao desenvolvimento das ações do PARANACIDADE.

3. Objetivo:
Equipar a Sede e os Escritórios Regionais com móveis, equipamentos de escritório, veículos e instalações físicas compatíveis com as necessidades do PARANACIDADE.

Ação:
Implementar apólice de seguros dos bens e equipamentos da entidade, adquirir novo sistema de controle físico de bens patrimoniais e propiciar quando necessário, a manutenção e reforma das instalações dos Escritórios Regionais.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Instituir apólices de seguro contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos do PARANACIDADE, tanto nos Escritórios Regionais quanto na Sede, inclusive veículos.	Instituição de apólice para 06 imóveis, contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos e apólice para a frota do PARANACI-DADE.	Renovada apólice para 06 imóveis e para 27 veículos.	8.300,00 (imóveis) 16.069,51 (veiculos)	Sim	-	-
Manutenção dos Escritórios Regionais do PARANACIDADE.	Aquisição de 05 totens (identificação visual) para instalação em cada Escritório Regional do PARANACI-DADE.	Adquiridos e instalados.	12.394,00	Sim	-	-

4. Objetivo:
Implantação e atualização de Normas de Gestão e de Procedimentos do PARANACIDADE.

Ação:
Instituir Normas de Gestão e/ou de Procedimentos com a finalidade de estabelecer ações uniformes em toda organização, sempre que o assunto assim o recomende.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Revisões, atualizações e implantações.	Revisão de todas as normas internas/atualização.	- Pendente 01 Norma de Gestão e as adequações do Código de Conduta. - Emitida 01 Instrução Normativa referente ao seguinte assunto: a) regras quanto a obtenção de fotografias/imagens a serem inseridas no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento (SAM). -Emitida Nota Técnica de número 01 da Superintendência Executiva, referente à procedimentos para que os municípios comprovem possuir, em vigência, Plano Diretor Municipal, Plano de Ação e Investimento do PDM e Conselho da Cidade ou similar, visando o acesso a recursos do SFM, em observação a Lei 15.229/2006.	- - -	- Sim	Sim -	- -

5. Objetivo:
Fixação da imagem do PARANACIDADE.

Ação:
Promover e participar de eventos e missões relevantes visando divulgar e fixar a imagem da instituição como centro de referência na sua área de atuação.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Planejamento, definição e implantação de estratégias de divulgação da empresa junto a organismos governamentais, levando-os a conhecer a experiência e o *Know-how* do PARANACIDADE para futuros acordos de cooperação técnica.	-	- Recebimento no PARANACIDADE de um grupo de alunos e professores da Universidade *Johns Hopkins, de Baltimore*, Estados Unidos, para troca de experiências e conhecimento de alguns serviços prestados pelo PARANACIDADE e SEDU, em março/2017. - Visita do Superintendente a Israel para conhecer tecnologias de ponta sobre *cidades inteligentes*, a convite daquele Governo, sem custo, em março/2017. - Recebimento de Grupo formado por integrantes do BRDE de Santa Catarina, para conhecimento dos serviços executados pelo PARANACIDADE, com a possibilidade de Termo de Cooperação futuro, entre as duas Entidades, em junho/2017. - Participação do PARANACIDADE no evento *"Benchmarking Internacional – Resíduos Sólidos"*, em Porto, Viseu e Lisboa, em junho/2017.	-	Sim	-	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
	-	- Recebimento de Grupo formado por 30 arquitetos e urbanistas da *Universidad Nacional Pedro Ruiz Gallo*, de *Chiclayo, Peru*, para conhecimento de serviços, obtenção de informação a respeito de mobilidade urbana, meio ambiente, arquitetura, e, ainda, para troca de experiências, em julho/2017. - Recebimento de Representante de Porto Velho (em Rondônia) para conhecimento de programas gerenciados/executados pela SEDU e PARANACIDADE, em julho/2017. - Participação do Superintendente na *World Family Summit (WFO's) 2017*, em Genebra, na Suiça, junto com a comitiva do Governador, para falarem de temas relativos a *"Parcerias para os Objetivos Governos e Famílias Locais sejam a Mudança*", em dezembro/2017.	-	Sim	-	-

6. Objetivo:
Adequação do arquivo técnico e documental, tanto do extinto FAMEPAR quanto do PARANACIDADE.

Ação:
Procedimentos relativos à guarda de toda documentação legal e técnica.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Arquivamento dos documentos relativos ao PARANACIDADE.	Análise, classificação, arquivamento, digitalização e eliminação da documentação, sob a orientação do DEAP.	Analisadas 450 caixas de arquivo morto, dentre estas eliminadas 415.	-	-	Sim	-

7. Objetivo:
Adequação e desenvolvimento da tecnologia da informação.

Ação:
Desenvolvimento da área de informática do PARANACIDADE, visando atender as diferentes e crescentes demandas, tanto interna quanto externa.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Reestruturação dos Sistemas de Informações, principalmente o SAM para adequá-lo às novas demandas da Entidade.	-Implementação Reforma Modulo Viabilidade Financeira. -Implementação de ajuste e novas funcionalidades para melhorar o controle dos convênios no sistema SAM. - Implementação de ajuste e novas funcionalidades para melhorar o controle dos Pedidos de Liberação.	Ajustes e implementação concluído. Os novos módulos já estão em base de produção.	[1]370.144,96	Sim	-	-

Nota 1: O valor apresentado é referente ao contrato com a empresa Esfera Informática, que prevê horas de desenvolvimento. O montante pago em 2017 é referente a tudo que foi desenvolvido, corrigido e dado suporte técnico ao sistema SAM.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Implantação de Sistema para registro e controle de atividades – com acesso via web. Processo de aquisição, implantação e treinamento dos usuários.	Avaliar custo benefício das alternativas existentes no mercado. Aquisição da solução.	Ações integradas a ferramenta de BPM, descrita logo abaixo.	-	-	-	-
Integração entre os módulos do sistema TOTVS	Integrar os módulos de RH, Financeiro, Contabilidade e Patrimônio, para que as informações tramitadas entre esses sistemas sejam automatizadas, evitando retrabalho entre os setores.	Integração concluída.	-	Sim	-	-
Mapeamento de processos de financiamento, com implementação na ferramenta BPM.	Mapear todos os processos do PARANACIDADE, referente aos financiamentos, documentando e implementando na ferramenta de BPM. Criar indicadores de acompanhamento visando a melhoria da performance do processo.	Mapeamento de processos e implementação concluído em 100%. A Diretoria pediu para colocar em produção depois de Maio/2018, devido à grande demanda de convênios que estão ocorrendo.	403.622,23	-	Sim	-
Aquisição de licenciamento Microsoft para: Pacote Office, Windows Desktop, Windows Server, Banco de Dados e sistema de gerenciamento.	Aquisição das licenças Microsoft para atualização e utilização nas estações de trabalho e servidores.	Aquisição e implementação concluído 100%.	114.844,79	Sim	-	-

8. Objetivo:
Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:
Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a Entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Implementação de ações relativas aos 20 anos da instituição do PARANACIDADE.	Reunião de documentos/fotos/ videos e trabalhos produzidos pelo PARANACIDADE nos ultimos 20 anos, para realização de exposição nas suas proprias dependencias.	- A Exposição ocorre em Curitiba, Escritorios Regionais de Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringa e Cascavel.	-	Sim	-	-

9. Relacionamento e articulação com entidades e organizações nacionais e internacionais.

Ação:
Formalizar acordos de cooperação técnica, contratos, convênios e/ou outros instrumentos legais, que possibilitem intercâmbio de tecnologia e informação na área de atuação do PARANACIDADE.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Acordos de Cooperação Técnica e Termos de Convênio, com entidades e/ou organizações nacionais e internacionais, que possibilitem realizar os seus objetivos institucionais e cumprir as suas funções, atendidas as exigências do Contrato de Gestão firmado com o Estado.	-	a) celebrado "Protocolo de Intenções" entre o PARANACIDADE e a TECPAR, cujo objeto é fortalecer a articulação institucional entre as partes supracitadas, visando a realização de ações de capacitação de seus colaboradores e de servidores públicos municipais do Estado do Paraná, em dezembro/2016; b) celebrado Convenio entre PARANACIDADE e a Caixa Economica Federal, cuja finalidade é a permissão de consulta direta ao Sistema do FGTS , com vistas a conferencia da validade e veracidade dos CRF apresentados pelos empregadores por ocasião de repasses de recursos efetuado pelo Estado ao diverssos municipios paranaenses, em maio de 2017; c) celebrado o Certificado de Adesão do PARANACIDADE, ao Movimento - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para a Agenda 2030, em julho de 2017.	-	Sim	-	-

10. Objetivo:
Auditagem, por empresas de auditoria externa, das demonstrações financeiras do PARANACIDADE.

Ação:
Andamento dos trabalhos da empresa de auditoria externa contratada, como aprovado pelo Conselho de Administração.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Proceder à auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2017.	**a)** Contratação da empresa de Auditoria. **b)** O Parecer conclusivo da auditoria, esta previsto em contrato para março/2018.	-	-	Sim	-	-

11. Objetivo:
Exercer a normatização, o controle e deliberar sobre as atividades e ações do PARANACIDADE. Supervisionar e coordenar as operações da Entidade.

Ação:
Efetivação de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração, bem como da Diretoria Executiva.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Realizar as reuniões do Conselho de Administração.	Uma reunião ordinária a cada quatro meses e extraordinária, a qualquer tempo.	Quatro reuniões ordinárias e Uma Extraordinária.	-	Sim	-	-
Realizar reuniões da Diretoria Executiva para análise, aprovações, acompanhamento das atividades e ações de cada Diretoria e, ao mesmo tempo, estabelecimento de novas metas e objetivos.	Uma reunião mensal e extraordinária, a qualquer tempo.	Doze reuniões ordinárias e doze extraordinárias.	-	Sim	-	-

12. Objetivo:
Instituição do Escritório de Gerenciamento de Projetos.

Ação:
Instituir equipes formadas por vários profissionais do quadro do PARANACIDADE, que auxiliem na formação, desenvolvimento e execução, se for o caso, de assuntos que se tornarão projetos, cujas prioridades serão propostas e definidas na Superintendência Executiva.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Projetos a serem desenvolvidos: a) Inserção do PARANACIDADE ao PACTO GLOBAL da ONU	- Integrar o PARANACIDADE na proposta: que é uma iniciativa desenvolvida pela ONU, com o objetivo de mobilizar a comunidade internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios - Direitos Humanos / Relações de Trabalho / Meio Ambiente / Combate a Corrupção.	Signatário em 07/09/2016.	-	Sim	-	-
a.1) Adesão do PARANACIDADE ao Programa Cidades – braço urbano – do Pacto Global da ONU.	- Promover a adesão ao PROGRAMA CIDADES, e assinar Memorando de Entendimento (MdeE) com Secretariado Internacional do Programa Cidades.	-Adesão em 27/10/2016 - MdeE assinado em 27/10/2016	-	Sim	-	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
b) Gestão Econômica de Sistemas de Iluminação Pública - IP.	-Produzir conhecimento cientifico sobre esse assunto, a ser transmitido aos Municípios que realizam as atividades de gestão do sistema de iluminação pública. - Instrumentalizar teórica e tecnicamente a Administração Municipal com o conteúdo necessário para a adequada administração, operação e manutenção e posteriormente a expansão do sistema de IP. Abrange também a institucionalização, implantação e implementação ou revisão da modalidade tributária "Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - Cosip".	- Trabalho realizado com a Região Metropolitana de Curitiba. - Em andamento - Ponta Grossa.	-	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
c) HACKATHON	O objetivo do evento é uma maratona de desenvolvimento, onde com resultado se obtém ideias de projetos para os temas abordados. É um incentivo ao empreendedorismo. TEMA1: Cidades Inteligentes.	Evento ocorrido nos dias 22 e 23 de 2017.	7.683,00	Sim	-	-
d) Gestão de Pessoal	- Melhorar a política de gestão de pessoal, com qualificações voltadas para atividades comerciais, eficiência do controle de horário e clima organizacionais. Abordar: a) qualificação voltada para uma área específica (comercial) /atualizações /abordagem sobre o PARANACIDADE nos dias atuais; b) jornada de trabalho (melhorar e ou estabelecer novos métodos capazes de melhorar a eficiência do controle, incluindo os períodos de viagem a serviço e a revisão de políticas tais como o horário móvel); c) implantar ações voltadas ao melhoramento do clima organizacional, centralizando o empregado face aos objetivos almejadas pela Entidade.	- Implantação do "Workshop – Requalificando Rotinas (palestras com diversos temas a serem ministradas no decorrer do exercício) – em 2017: 02 palestras. -Implantado o Banco de Horas.		-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
e) Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos -PMAT.	Desenvolver e implementar uma metodologia para facilitar a adesão dos municípios paranaenses no PMAT/BNDES. Estabelecer projetos padrão dentro das ações financiáveis do Programa, auxiliando os municípios com relação ao diagnóstico das áreas institucionais, elaboração de termos de referência, criação de indicadores e demais documentos exigidos para aprovação do Programa.	– Realizada reunião com o BRDE para conhecimento das regras e metodologias do PMAT. - Próxima etapa: estabelecimen-to dos projetos e termos de referência.	-	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
f) Núcleos Municipais de Planejamento e Indicadores de Desenvolvimento Urbano.	Estimular a criação e fortalecimento de setores específicos das administrações municipais voltadas às atividades de planejamento, em especial na área de desenvolvimento urbano, por meio da promoção da capacitação de seus integrantes e da utilização de indicadores de forma a subsidiar a processo de formulação e implementação de políticas públicas territoriais.	Desenvolvi-mento de metodologia de trabalho (oficina) a ser aplicada em uma proposta "piloto" para 9 municípios da Região Metropolitana de Curitiba.	-	-	Sim	-
g) Capacitação Externa.	Promover ações de capacitação dos gestores, servidores, conselheiros e vereadores municipais visando garantir cidades sustentáveis por meio da melhoria da eficácia e efetividade administrativa, ganhos de produtividade, economicidade, equilíbrio fiscal, transparência, com a implementação de cursos voltados às áreas de obras e serviços públicos, administração municipal, jurídico, planejamento urbano e urbanismo.	- Parceria entre PARANACI-DADE/SEDU e TECPAR EDUCAÇÃO/ SETI, visando capacitação de servidores municipais por meio de ensino à distância (EaD). -Definida programação inicial, com 15 cursos, para início no mês de março/2017.	-	Sim	-	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
h) Programa SEDU/PARANACI-DADE INTERATIVO	Prosseguir com a atualização e implantação do Programa SEDU/ PARANACIDADE Interativo. - Implantação na aplicação GIS PARANA INTERATIVO de módulos de planejamento e gestão urbana voltados à identificação de áreas aptas, aptas com restrição ou inaptas para uso e ocupação antrópico urbano e mobilidade urbana, além do cadastro de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos e de dados relativos aos lotes localizados nas áreas urbanas de cerca de 130 municípios.	-Cadastramento de informações de interesse público e atualização da base cartográfica do estado para o Programa SEDU/PARANA CIDADE Interativo.	-	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
i) Anticorrupção/ *Compliance*	- Criar, desenvolver e implantar Programa para certificação de cumprimento da legislação da Entidade. -Desenvolvimento de estudos e análise das diferentes demandas apresentadas e examinadas para a definição de uma matriz única, mas não rígida, de um conjunto de atividades voltadas a implantação de um Programa de Compliance. - Após a etapa de identificação e compreensão, a equipe responsável pela implantação do Programa de Compliance, deve estabelecer as atribuições e responsabilidades dos empregados/servidores no cotidiano das atividades fins e meio da empresa/entidade. - A equipe deve desenvolver um plano de ação com o comprometimento da alta administração, que defina prazos, orçamentos e prioridades da implementação do Programa. - O estudo do código de conduta, voltado para os negócios e colaboradores da empresa/entidade, deve ser formulado com o cuidado da utilização de uma linguagem simples e clara, que solidifiquem as expectativas da empresa/entidade quanto ao comportamento de seus colaboradores.	- Estabelecidas e ajustadas as primeiras diretrizes de apresentação e treinamento de pessoal, visando a implantação do Programa Anticorrupção, com a Equipe designada.	-	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
j) Capacitação Interna	Identificar as necessidades, carências e/ou deficiências nas atividades/ações/proces- sos desenvolvidos pelas diversas áreas do PARANACIDADE, na consecução de seus objetivos, buscando na sequencia entidades e/ou profissionais que possam oferecer as qualificações respectivas. O resultado é a implantação de "Programa de Treinamento/Qualificação do PARANACIDADE", acompanhamento e ajustes deste ao longo de sua execução.	- Apresentado Relatório do levantamento de necessidades de treinamento. - Aprovação dos treinamentos ainda em análise. - Realização do Forum para Uniformização para Entendimento sobre Pavimentação Urbana, composto de 07 paineis de discussao. Apresentados 06 deles, com abrangencia de todo o quadro técnico do PARANACIDADE.	- - -	Sim - Sim	- Sim -	- - -
k) Ações de Marketing	Reformular material de apresentação institucional, com criação de novos acessórios como: vídeo institucional, folder de apresentação, apresentação padrão, t*emplate* para ser utilizado na apresentação de trabalhos, reconstrução do site, atendendo as novas prioridades da Entidade, montagem de e-books para posterior divulgação de comunicados oficiais ou e-mail marketing. - Confecção de agendas (agora no formato redoma) com ligação direta com nosso site, criação de uma logomarca de 20 anos para divulgação da data, utilização de nossa frota como forma de divulgação.	Suspenso temporariamente até o próximo exercício, devido a insuficiência de orçamento.	-	-	-	Sim

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
l) Projeto Padrão: -Projetos arquitetônicos (padronização)	-Elaboração de manual para apresentação de projetos arquitetônicos através de padrões de pranchas de desenhos, cotas, legendas, nomenclatura de arquivos, gravação no banco de dados, representações gráficas	Apresentada minuta DOP e SUPEX, pendente a provação. - Passível de alterações/ modificações.	-	-	Sim	-
-Correção de projetos (padronização)	- Formatar um modelo de *checklist* para que os técnicos e engenheiros do PARANACIDADE possam seguir um padrão de correção de todos os projetos de arquitetura e engenharia, sendo possível a correção por mais de um profissional com o mesmo critério de avaliação.	Formatada relação de documentação técnica que deve ser apresentada em cada critério de elegibilidade.	-	Sim	-	-
- Fluxograma de processos de convenio.	Esquematizar sequência de operações dos processos de convênios. Montagem de fluxograma do processo de um convênio, desde o primeiro contato dentro da SEDU até o último trâmite, afim de facilitar a compreensão e rastreabilidade das etapas dos mesmos.	Elaborado o Manual PAM 2017. Em cada ano pode ocorrer atualizações.	-	Sim	-	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
m) Revisão dos processos e procedimentos internos.	- Necessidade de aprimoramento operacional da ferramenta SAM - através da melhoria dos processos e procedimentos e que possam ser acreditados por sistemas internacionalmente reconhecidos como a ISO 9001/2008. -Revisão dos processos e procedimentos internos com vistas a padronização de rotinas e certificação ISO.	- Os procedimentos internos de análise de projetos, elaboração de pareceres técnicos e jurídicos, acompanhamento/ supervisão e medições de obras estão sendo revistos. O sistema SAM passa por modificações para atender as alterações propostas para tornar os processos mais rápidos e mais seguros. Com alterações de rotinas e padronização de alguns processos busca-se mais eficiência nos procedimentos do PARANACIDADE com vistas a um melhor atendimento aos clientes e mais rapidez na liberação de recursos financeiros, garantindo a empresa maior faturamento.		-	Sim	-

VI - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

1. Objetivo:
Apoio Técnico à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU.

Ação:
Programa de Auxílio aos Municípios PAM (visa contribuir com o desenvolvimento econômico e na equipamentação das municipalidades conveniadas)

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão, acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Programa de Auxilio aos Municípios PAM.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras. 02 projetos.	01 concluido.	327.501,18	214.149,28	-	Sim	-

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do PAM, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2017. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios PAM II (instituído pelo Decreto Estadual 7933/2013, o Plano tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento econômico e na equipamentação das municipalidades do Paraná com população inferior a 50.000 habitantes e contemplados pelo Programa Família Paranaense).

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do PAM II.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras e aquisição de equipamentos. 47 projetos	38 concluidos.	14.421.630,08	6.237.371,60	-	Sim	-

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do PAM II, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2017. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Plano de Auxilio aos Municípios (SEDU-fonte 20), o Plano tem como objetivo execução de ações de melhorias dos equipamentos urbanos e dos serviços disponibilizados à população, envolvendo aquisição de bens e a execução de obras na sua área de atuação.

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Plano de Auxilio aos Municípios.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras e aquisição de equipamentos. 96 projetos.	84 concluidos.	63.181.446,18	32.829.317,88	-	Sim	-

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do Plano de Auxílio aos Municípios, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2017. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Projeto Calçadas PARANA (fonte 21), o Projeto (instituído pelo Decreto Estadual 10.003/2013), tem por finalidade a implantação e soluções de mobilidade urbana (calçadas) em vias urbanas, em especial nos municípios com menos de 50.000 habitantes.

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Projeto Calçadas Paraná.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras. 03 projetos.	02 concluidos.	835.187,39	491.699,31	-	Sim	-

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do Projeto Calçadas Paraná, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2017. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:

Programa SEDU 2017 (fonte 26) – PAM 2017, tem por finalidade a execução de ações de melhorias dos equipamentos urbanos e dos serviços disponibilizados à população, envolvendo aquisição de bens e a execução de obras.

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Programa SEDU 2017.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras e aquisição de equipamentos. (37)	29	8.762.700,62	5.217.090,00	-	Sim	-
- Equipamento Rodoviário (20)	20	4.548.240,00	4.548.240,00	Sim	-	-
- Escola Municipal (1)	1	134.339,44	-	-	Sim	-
- Ginásio de Esporte(1)	0	718.344,24	-	-	Sim	-
- Pavimentação de Vias Urbanas (06)	0	2.692.926,94	-	-	Sim	-
- Veiculo para Transp.Escolar (01)	1	250.000,00	250.000,00	Sim	-	-
- Veículos (08)	08	418.850,00	418.850,00	Sim	-	-

Ação:
Assessoria Técnica na elaboração de convênios e contratos, relativos a projetos a serem desenvolvidos pelos Municípios e/ou outros executores.

Plano Operacional: Contratos de financiamentos a serem formalizados pela Fomento Paraná (agente financeiro) com os Municípios.

A) Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - [2]SFM

A.1) Análise prévia da documentação relativa as operações de crédito para envio à STN

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	Operações aprovadas na [1]STN.	371.107.000,00	Sim	-	-

A.2) Operações contratadas.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	97 contratos	212.082.000,00	Sim	-	-

Nota 1: A aprovação pela STN do PVL (Pedido de Verificação de Limites) permite a contratação da operação durante o prazo de validade da mesma. A contratação pode ser feita em dois momentos distintos: logo após a aprovação da operação de crédito; ou após autorização de licitação da ação financiada. A escolha do momento é feita de acordo com o comprometimento no cumprimento de prazos e na apresentação de projetos e documentos pelo Município.

Nota 2: SFM – são recursos do FDU que foram capitalizados na FOMENTO PARANA ao longo do tempo. Os recursos hoje se dividem em destaque de capital, amortizações (retorno dos financiamentos já realizados aos municípios - e os resultados dos juros de aplicação do capital – JCP.

2. Objetivo:
Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Plano Operacional 1: Revisão do Regulamento Operacional Geral do SFM.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Pendente a Resolução da SEDU.	Revisado e atualizado o Regulamento.	-	-	Sim	-

Ação:
Desenvolvimento do Programa de Escolas Municipais.

Plano Operacional 1: Desenvolvimento do [1]Programa Escolas Municipais relativo ao Convênio nº 007/2010, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação – SEED, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e os municípios que a ele aderiram.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Construção de Escolas Municipais. [2]02 projetos.	01 concluído.	6.392.319,39	1.321.695,99	-	Sim	-

Nota 1: Dos recursos necessários para a execução do objeto do presente convênio, R$ 50.000.000,00 serão oriundos de dotação orçamentária da SEED, não reembolsáveis, dotação orçamentária 4103.12361012.151 – elemento de despesa 4450.5101 – Construção de Edifícios Públicos, fonte 116-SEQ e 145-FUNDEB, e contrapartida dos Municípios em valor estimado em 30% do valor total da obra, a ser obtido por meio de financiamento ou outras fontes de recursos.

Nota 2: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2017, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Desenvolvimento do Programa BRDE MUNICÍPIOS.

Plano Operacional 1: Desenvolvimento do Programa relativo ao Convênio Operacional nº PR 001/12-01- Fundo B (3º Termo Aditivo), celebrado entre o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras. [1]37 projetos	33 concluídos	54.908.290,84	29.724.954,08	-	Sim	-

Nota 1: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2017, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Desenvolvimento do Programa de Infraestrutura de Transporte e Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.

Plano Operacional 1: Implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana, atendendo prioritariamente áreas de baixa renda e contribuindo na promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social, como também para a melhoria da qualidade de vida e também do meio ambiente. Utiliza recursos do FGTS- Fomento Paraná.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obra [1]01 projeto.	00 concluídos.	14.485.709,61	9.908.224,70	-	Sim	-

Nota 1: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2016, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Plano Operacional 2: Implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana, atendendo prioritariamente áreas de baixa renda e contribuindo na promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social, como também para a melhoria da qualidade de vida e também do meio ambiente. Utiliza recursos do FGTS- BRDE.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
[1]01 projeto.	01 concluído	5.983.128,86	607.689,03	Sim	-	-

Nota 1: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2017, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:

Desenvolvimento do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos Automático - PMAT Automático.

Plano Operacional 1: Propiciar apoio a projetos de investimento da Administração Pública Municipal, voltados à modernização da administração tributária e à melhoria da qualidade do gasto público, visando a proporcionar aos Municípios uma gestão eficiente que gere aumento de receitas e/ou redução do custo unitário dos serviços prestados à coletividade. Utiliza recursos do BNDES.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
01 projeto.	-	2.380.000,00	-	-	Sim	-

Nota 1: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2017, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
[1]Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo

Plano Operacional 1: Desenvolvimento, implementação e implantação do Sistema.

Previsto	Realizado	Valor pago em 2017 (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Cadastramento de informações de interesse público e atualização da base cartográfica do estado para o Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo.	-	-	-	Sim	-

Nota 1: As informações/procedimentos relativos a esta ação também são integrantes do Grupo de Trabalho instituído para este fim – GT: Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo.

3. Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento institucional

Ação:
Supervisão, elaboração e implementação de Planos Diretores Municipais, cumprindo o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006.

Plano Operacional 1: Ações referentes a planejamento urbano e regional, considerando as diretrizes e os instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Manutenção de dados de matriz referente à existência de Planos Diretores Municipais e legislação específica vigentes nos 399 municípios do Estado do Paraná.	Manutenção permanente (ano de 2017: 364 municípios com todas as leis aprovadas, 24 municípios com parte das leis aprovadas, 10 municípios com PDMs em elaboração) e 1 município sem PDM.	-	-	-	Sim	-
Acompanhamento de execução, análise e emissão de Pareceres Técnicos sobre Planos Diretores Municipais executados pelos municípios, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria, com recursos próprios ou de outras fontes, para efeito do enquadramento das exigências à Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006.	Atendidos 15 Municípios que elaboram Planos Diretores Municipais, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria, com recursos próprios; (5 municípios concluíram seus PDMs, no ano de 2017 e 10 Municípios continuam a elaborá-los).	-	-	-	Sim	-
Verificação dos vértices dos polígonos dos perímetros urbanos dos municípios e manutenção de arquivos dos mesmos.	-	-	-	-	Sim	-

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Elaboração de mapas temáticos com delimitação de áreas de estudo, regiões e microrregiões urbanas e identificação de hierarquia funcional de vias urbanas de 36 municípios com maiores populações urbanas do Estado.	(Faltam 5 municípios)	-		-	Sim	-
Acompanhamento pós relatoria de Planos Diretores Municipais junto ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT.	Falta a aprovação de 2 Planos – Antonina e Morretes e a aprovação da revisão de planos com mais de 10 anos.	-	-	-	Sim	-
Pesquisas e elaboração de mapas e textos visando mapa síntese de áreas com aptidão à urbanização a partir de limitações ambientais e antrópicas (áreas aptas, áreas aptas com restrições e áreas inaptas)	Realizado projeto piloto em 3 municípios (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná).	-	-	Sim	-	-
Pesquisas e elaboração de mapas e textos visando mapa síntese de áreas com aptidão à urbanização a partir de limitações ambientais e antrópicas (áreas aptas, áreas aptas com restrições e áreas inaptas)	Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Morretes e Paranaguá	-	-	-	Sim	-
Participação na Campanha Plano Diretor Participativo, lançada pelo Ministério das Cidades, disponibilizando e fazendo a manutenção da lista de conversação.	Manutenção permanente: lista de conversação viabilizada a partir da Campanha.	-	-	Sim	-	-
Elaboração de (i) orientações metodológicas operacionais e (ii) orientações metodológicas técnicas para a revisão de Planos Diretores Municipais.	-	-	-	-	Sim	-

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Concepção de método para reconhecimento de 'rotas acessíveis' em área urbana (projeto piloto em um município)	-	-	-	-	Sim	-
Concepção de critérios técnicos, observando instrumentos legais, para a definição de diretrizes para Uso e Ocupação do Solo Urbano, como subsídios para a revisão de Planos Diretores Municipais.	-	-	-	-	Sim	-
Participação em Grupo de Trabalho para acompanhamento da elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS Litoral, junto à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL.	-	-	-	-	Sim	-
Participação em Grupo de Trabalho para implementação do Estatuto da Metrópole.	-	-	-	-	Sim	-
Reuniões Técnicas para orientação aos municípios sobre Plano Diretor Municipal e Perímetro Urbano.	Realizadas 02 Reuniões Técnicas (Curitiba), com 60 participates, de 15 municípios.	-	-	-	Sim	-
Preparação de conteúdo legal e técnico para Reuniões Técnicas sobre Plano Diretor Municipal e Perímetros Urbanos	-	-	-	Sim	-	-
Preparação de conteúdo legal e técnico para Reuniões Técnicas sobre Plano Diretor Municipal e Macrozoneamento Urbano.	-	-	-	-	Sim	-

Ação: Treinamento e preparação de profissionais de Prefeituras para melhoramento da gestão na área tributária municipal.

Plano Operacional: Estruturação, montagem e realização de cursos/ reuniões técnicas para aperfeiçoamento dos recursos humanos das Prefeituras.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Orientação aos municípios para revisão e atualização de Código Tributário Municipal.	14 Reuniões.	-	-	Sim	-	-
Orientação para os municípios no lançamento e cobrança de Contribuição de Melhoria.	96 Orientações	-	-	Sim	-	-
Orientação sobre Tributos Locais: Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU; Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI; Imposto sobre Serviços – ISS; Taxas de Poder de Polícia – TPP; Taxas de Serviços Públicos – TSP; Contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP; Imposto Territorial Rural – ITR.	102 Orientações Técnicas.	-	-	-	Sim	-
Parceria entre PARANACIDADE/SEDU e TECPAR EDUCAÇÃO/SETI visando [1]capacitação de servidores municipais por meio de ensino à distância (EaD).	Definida programação inicial, com 15 cursos, para início no mês de março/2017.	-	-	-	Sim	-

Nota 1: As informações/procedimentos relativos a esta ação também são integrantes do Grupo de Trabalho instituído para este fim – GT: Capacitação Externa.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Reuniões Técnicas para orientação aos municípios sobre Otimização da Receita Municipal: O Cadastro Técnico Multifinalitário Georreferenciado	Realizadas 01 Reunião Técnica (Curitiba).	-	-	-	Sim	-
Análise e Revisão de Código Tributário Municipal	Realizadas 08 análises.	-	-	Sim	-	-
Manual de Iluminação Pública – MIP.	Reuniões técnicas e desenvolvimento do produto.	-	-	Sim	-	-
Formação de Preço da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP.	Reuniões técnicas e desenvolvimento de metodologia.	-	-	Sim	-	-
Curso de Formação de preço da COSIP.	Capacitação de 127 técnicos de 35 municípios.	-	-	Sim	-	-
Curso de Revisão e Atualização de Código Tributário Municipal.	Capacitação 18 técnicos de 02 municípios.	-	-	Sim	-	-
Cálculo de Viabilidade Econômica de Projetos.	18 Projetos analisados.	-	-	Sim	-	-

Ação: Desenvolver ações e Planos que contribuam para a melhoria e fortalecimento da gestão municipal.

Plano Operacional 1: Elaboração de um Plano de Monitoramento de Projetos Urbanos.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Relatório de Avaliação das etapas.	-	-	-	-	-	[1]Sim

Nota 1: Em decorrência da não assinatura do contrato do Programa Paraná Urbano III – PPU III, em 2017, este plano operacional restou prejudicado.

Plano Operacional 2: Elaboração de um Plano de Fortalecimento Institucional de Municípios.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Aplicação do Manual Diagnóstico Institucional.	-	-	-	-	-	[1]Sim
Relatório de Avaliação dos Municípios participantes.	-	-	-	-	-	[1]Sim
Definição de projetos institucionais a serem implementados pelos Municípios.	-	-	-	-	-	[1]Sim

Nota 1: Em decorrência da não assinatura do contrato do Programa Paraná Urbano III – PPU III, em 2017, este plano operacional restou prejudicado.

4. Objetivo:
Apoio, Análise e Assistência Jurídica aos Municípios.

Ação:
Assessorar, analisar e emitir pareceres em processos licitatórios, termos aditivos e demais questões que envolvam a concessão de financiamentos.

Plano Operacional 1: Orientação e análise técnica jurídica nos processos licitatórios e termos aditivos de contratos de projetos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios - SFM, emitindo os respectivos pareceres.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Analisar e emitir pareceres jurídicos aos processos licitatórios referentes a projetos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM/FDU/ Renda Líquida/ Programa RECAP.	Emitidos 533 pareceres em aditivos. Emitidos 196 pareceres em licitações	-	-	Sim	-	-

5. Objetivo:
Apoio e elaboração de documentos licitatórios para implementar investimentos e desenvolvimento institucional.

Ação:
Elaboração de Editais de Licitação.

Plano Operacional 1: Elaboração de documentos licitatórios na área de Investimentos em Infraestrutura Básica Municipal do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM e demais Programas desenvolvidos pelo PARANACIDADE.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Elaborar editais de licitação, conforme modelos na área de Investimentos em Infraestrutura Básica Municipal e demais Programas, para fornecimento aos municípios.	Elaborados 570 editais.	-	-	Sim	-	-

6. Objetivo:
Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:
Realizar as análises, medições, acompanhamento, recebimento e monitoramento de atividades (obras e bens) voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional 1: Efetuar análise, supervisão, acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM.

Previsto	[1]Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Barracão Industrial II (02)	01	3.223.914,75	1.045.541,00	-	01	-
Campo de Futebol (03)	03	845.178,23	552.574,43	Sim	-	-
Capela Mortuária (03)	02	1.231.239,86	432.283,07	-	01	-
Cemitério (01)	01	201.248,23	13.772,76	Sim	-	-
Centro Comunitário (01)	01	530.613,19	530.613,19	Sim	-	-
Centro Cultural (01)	01	363.472,41	363.472,41	Sim	-	-
Ciclovia (01)	01	436.105,65	97.771,35	Sim	-	-
Complexo Esportivo (01)	00	3.225.255,86	-	-	01	-
Drenagem Urbana (02)	02	2.312.782,96	401.948,08	Sim	-	-
Equipamentos Para Centro Cultural (02)	02	98.300,00	32.977,88	Sim	-	-
Equipamentos Rodoviários (41)	41	18.490.795,02	18.490.795,02	Sim	-	-
Escola Municipal (03)	02	1.335.718,38	871.963,63	-	01	-
Estádio Municipal (01)	01	341.007,68	264.725,1	Sim	-	-
Estrada Vicinal Municipal (01)	01	700.808,64	600.553,21	Sim	-	-

Previsto	[1]Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Garagem para Equipamentos (01)	01	1.326.627,54	1.326.627,54	Sim	-	-
Ginásio de Esportes (04)	01	12.500.625,41	1.798.441,96	-	03	-
Hospital (01)	01	629.622,80	101.691,74	Sim	-	-
Iluminação Pública (01)	01	334.010,64	58.661,28	Sim	-	-
Microssistema de Abastecimento de Agua (01)	00	452.962,17	347.060,29	-	01	-
Paço Municipal (03)	01	3.354.008,09	726.659,81	-	02	-
Parques e Áreas Verdes (03)	02	2.694.271,52	257.878,6	-	01	-
Pavimentação de Vias Urbanas (175)	138	318.461.181,92	123.009.246,84	-	37	-
Ponte (01)	01	2.994.327,51	466.396,15	Sim	-	-
Posto de Saúde (02)	01	5.209.961,9	2.239.310,58	-	01	-
Praça (07)	05	8.279.537,17	5.694.596,37	-	02	-
Quadra de Esportes (06)	06	1.559.470,44	1.047.681,17	Sim	-	-
Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (01)	01	1.444.594,3	430.617,15	Sim	-	-

Previsto	[1]Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2017 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Terminal Rodoviário Intermunicipal (01)	00	1.824.467,95	1.151.587,29	-	01	-
Terminal Rodoviário Urbano (02)	02	6.871.447,13	1.227.412,62	Sim	-	-
Terreno para Área Industrial (01)	01	2.400.000,00	2.400.000,00	Sim	-	-
Terreno para Conjunto Habitacional (01)	01	270.000,00	270.000,00	Sim	-	-
Urbanização Calçada (06)	06	11.329.696,57	2.806.774,54	Sim	-	-
Veículo para Transporte Escolar (02)	02	611.000,00	611.000,00	Sim	-	-
Total: 282	230	415.884.253,92	169.670.635,06	52 em execução		

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos financiados com recursos do SFM, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2017. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Plano Operacional 2: Efetuar análise e aprovação de projetos, e respectivas alterações, a serem realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM e demais Programas desenvolvidos pelo PARANACIDADE.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Análise e aprovação de projetos.	Projetos em fase de análise (status: cadastrados e em análise) Total: 332 84 Paraná Urbano (SFM) 244 PAM -2017 02 SEDU – Meu Campinho 02 Auxilio aos Munic. - SEDU	-	-	Sim	-
	Projetos aprovados (status: analisados e lote montado) Total: 704 178 do PPU 01 PROTRANSPORTE/FGTS Fomento Paraná 01 BRDE MAIS MUNICIPIOS 498 PAM – 2017 04 SEDU – Meu Campinho 02 Projeto Calçadas PARANA 11 Plano de Apoio ao Des.Mun.PAM II 06 AUXÍLIO MUNICÍPIOS – SEDU 01 PROGRAMA DE AUX. AOS MUNICIPIOS 02 CENTROS DA JUVENTUDE	-	Sim	-	-

7. Objetivo:
Apoio na elaboração do Programa Paraná Urbano III.

Ação:
Preparação de documentos que comporão o PPU III.

Plano Operacional 1: Preparação da documentação técnica visando a [1]contratação da operação de crédito externo junto ao BID.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Documentos iniciais restantes: a) Proposta de Desenvolvimento de Operação b) Contratação	Proposta de Desenvolvimento de Operação aprovada em dezembro/2014.	-	-	-	[1]Sim

Nota 1: A contratação do PPU III não foi realizada em 2017.

VII – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

NOTA: Os valores apresentados nas ações operacionais referem-se aos medidos, ou seja, serviços que foram executados de acordo com o contratado, no entanto, podem divergir dos valores efetivamente pagos, pois estes para se concretizarem são dependentes do cumprimento de outros critérios, como por exemplo certidões negativas.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS PARANACIDADE**

Rua Deputado Mário de Barros, 1290, 1º andar, CEP: 80530.913, Curitiba, Paraná - Fone: 41-3350-3300, Fax 41-3353-3300 - Caixa Postal 15079 - paranacidade@paranacidade.org.br - www.paranacidade.org.br

COMPARATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2017

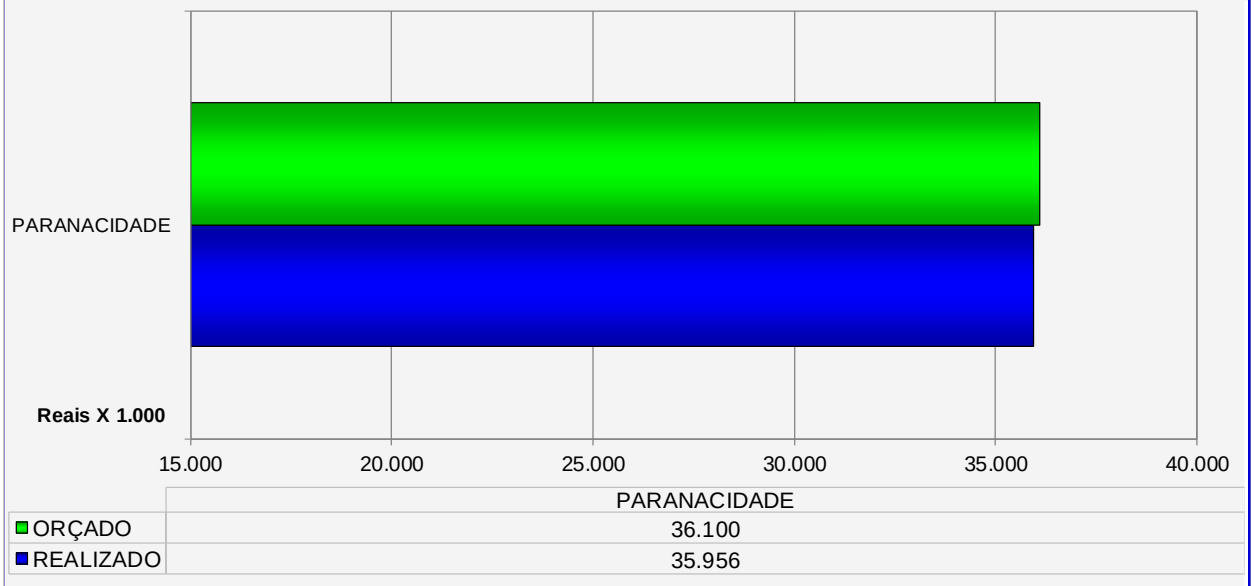
R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

PARANACIDADE		ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
MANUTENÇÃO	Pessoal	32.000.000	31.848.987	151.013	99,53
	Custeio	4.050.000	3.893.694	156.306	96,14
	Investimentos	50.000	213.735	-163.735	427,47
TOTAL - PARANACIDADE		**(*) 36.100.000**	**35.956.416**	**143.584**	**99,60**

(*) Aprovado na 145ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



	PARANACIDADE
ORÇADO	36.100
REALIZADO	35.956

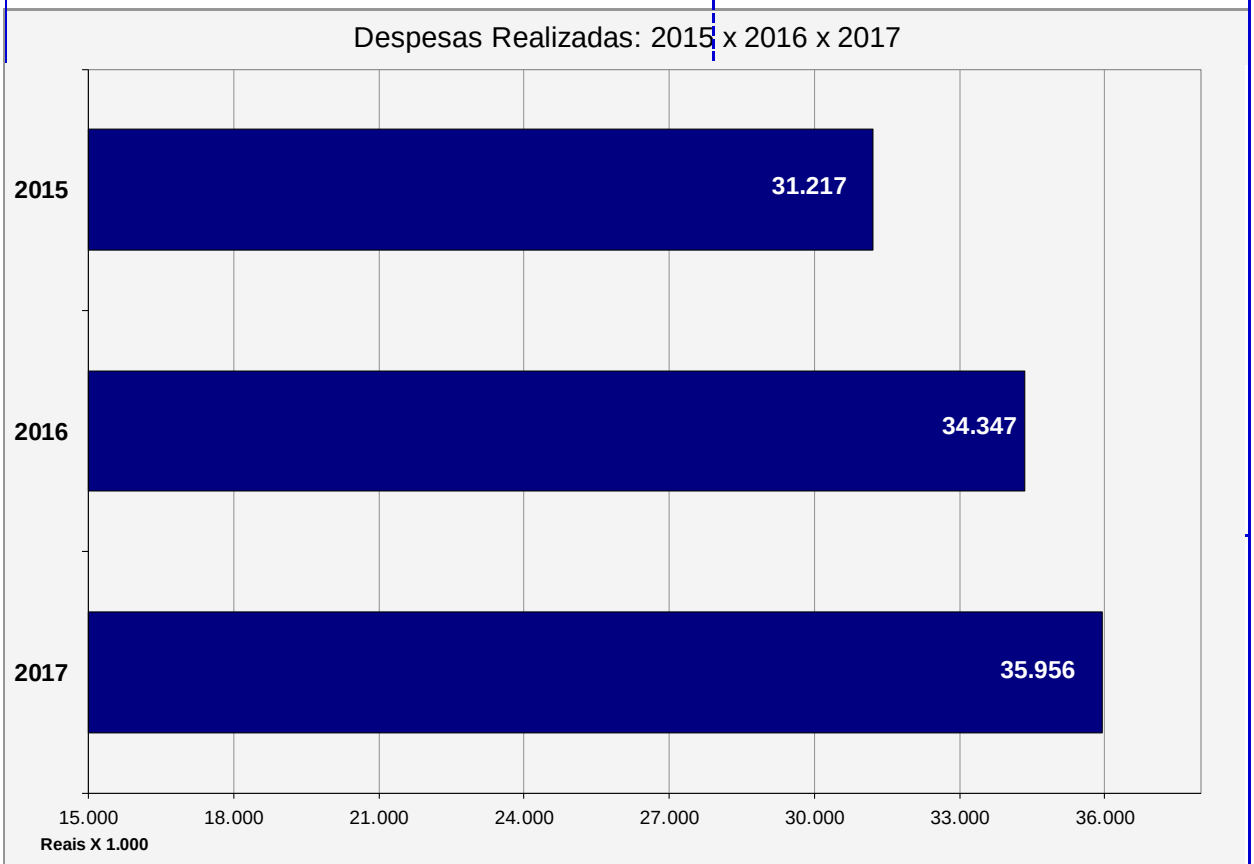
Percentual realizado 99,60%

COMPARATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS

EXERCÍCIOS 2015 - 2016 - 2017

R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES		Valores Nominais			Variação %	
PARANACIDADE		2015	2016	2017	2016 X 2015	2017 X 2016
MANUTENÇÃO	Pessoal	27.494.810	30.502.905	31.848.987	10,94	4,41
	Custeio	3.254.735	2.962.016	3.893.694	-8,99	31,45
	Investimento	467.022	882.007	213.735	88,86	-75,77
TOTAL - PARANACIDADE		**31.216.567**	**34.346.928**	**35.956.416**	**10,03**	**4,69**



Evolução nos Despesas: 2016 x 2015 = 10,03%
2017 x 2016 = 4,69%

COMPARATIVO DAS RECEITAS NO EXERCÍCIO 2017

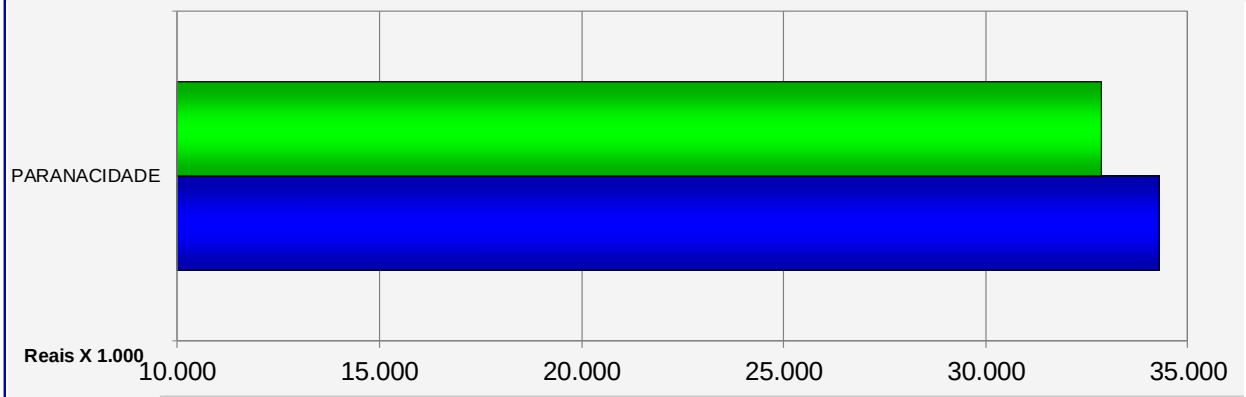
ORÇADO X REALIZADO

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
PARANACIDADE				
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	12.500.000	12.247.880	252.120	97,98
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção do PARANACIDADE	19.500.000	21.041.000	(1.541.000)	107,90
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	865.500	1.010.908	(145.408)	116,80
TOTAL	(*) **32.865.500**	**34.299.788**	**(1.434.288)**	**104,36**

(*) Aprovado na 145ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



	PARANACIDADE
ORÇADO	32.866
REALIZADO	34.300

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2017	
	PARANACIDADE (MANUTENÇÃO)	PARANACIDADE (Convênios)
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	4.252.763	5.028.181
TOTAL	**4.252.763**	**5.028.181**

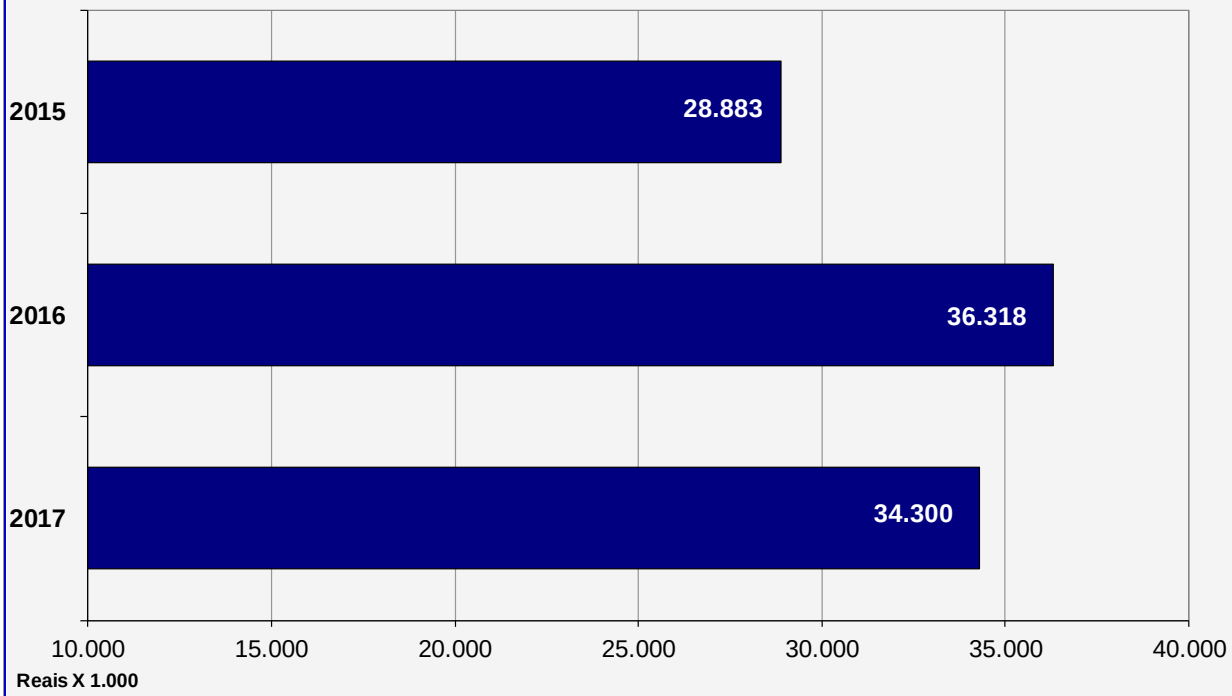
COMPARATIVO DAS RECEITAS

EXERCÍCIOS 2015 - 2016 - 2017

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	VARIAÇÃO %	
				2016 x 2015	2017 x 2016
PARANACIDADE					
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	13.844.179	24.778.663	12.247.880	78,98	-50,57
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção Paranacidade	14.311.000	10.877.000	21.041.000	-24,00	93,44
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	727.601	662.404	1.010.908	-8,96	52,61
TOTAL	**28.882.780**	**36.318.067**	**34.299.788**	**25,74**	**-5,56**

Total de Receitas: 2015 x 2016 x 2017



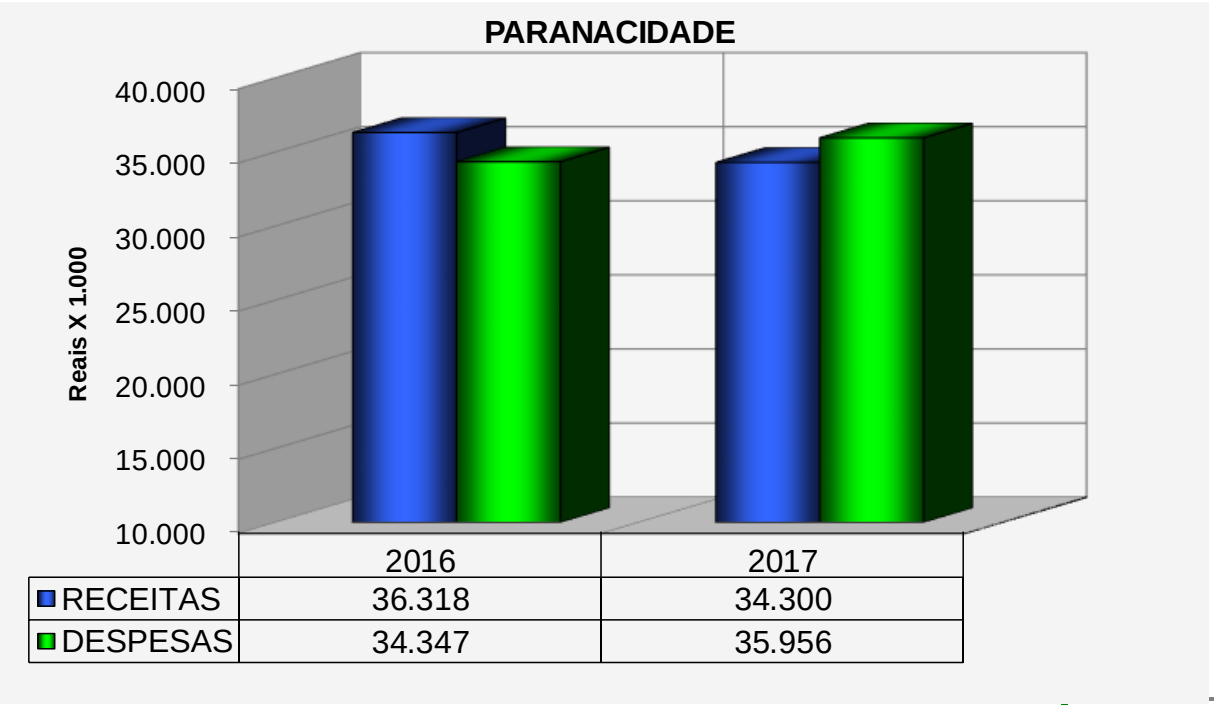
Evolução das Receitas: 2016 x 2015 = 25,74%
2017 x 2016 = -5,56%

COMPARATIVO RECEITAS X DESPESAS

REALIZADO em 2016 e 2017

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	PARANACIDADE		VARIAÇÃO % (2017 x 2016)
	2016	2017	
RECEITAS	36.318.067	34.299.788	-5,56
DESPESAS	34.346.928	35.956.416	4,69
DIFERENÇA (Receita - Despesa)	1.971.139	(1.656.628)	-184,04



R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS (MANUTENÇÃO + CONVÊNIOS)		
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	18.562.765	9.280.944
TOTAL	**18.562.765**	**9.280.944**

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS FDU**

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2017

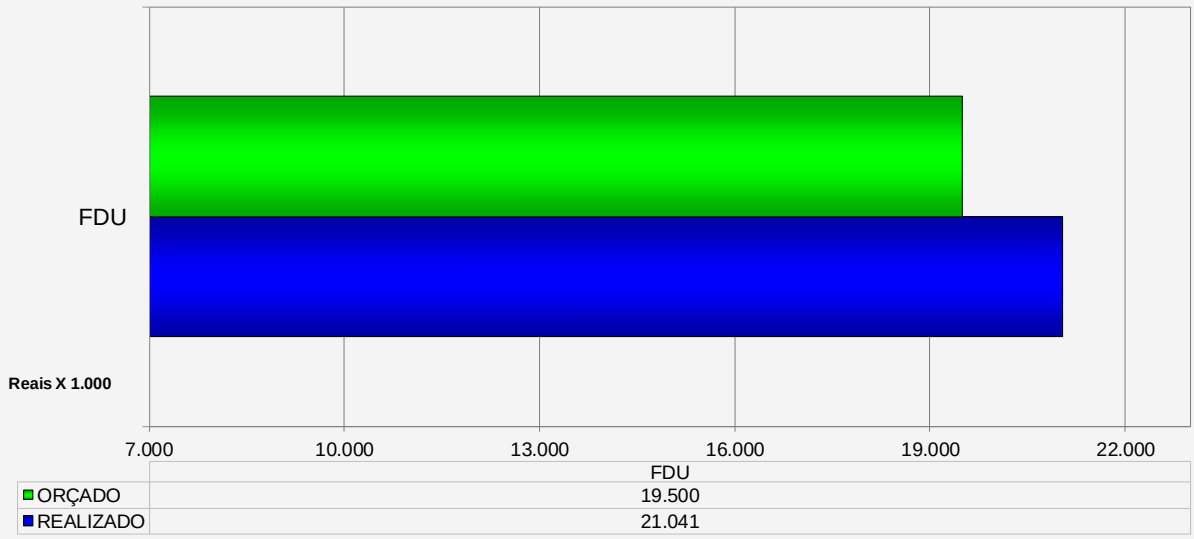
R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU			ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
PROJETOS	FDU	Contrato de Gestão - Manutenção PARANACIDADE	19.500.000	21.041.000	-1.541.000	107,90
TOTAL - FDU			**(*) 19.500.000**	**(*) 21.041.000**	**(1.541.000)**	**107,90**

(*) Aprovado na 145ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



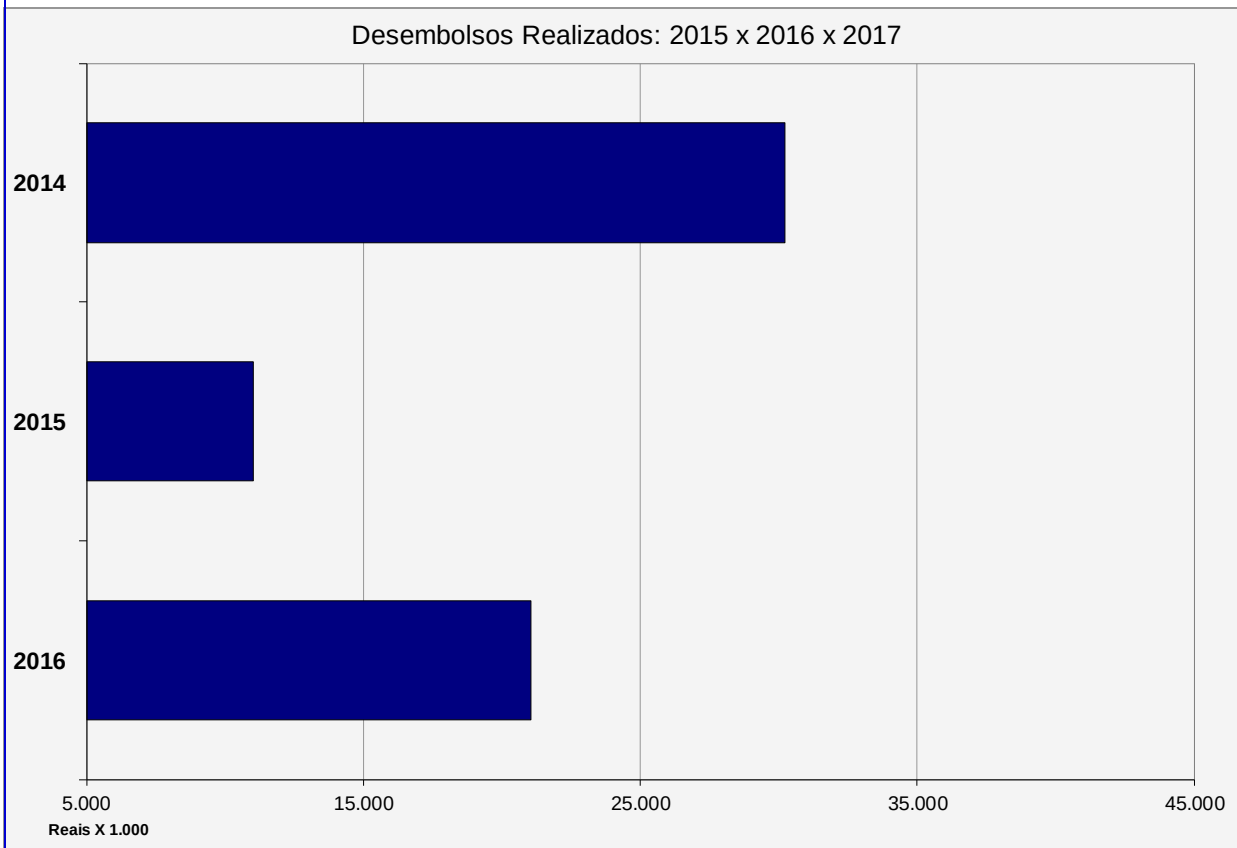
Percentual realizado 107,90%

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS

EXERCÍCIOS 2015 - 2016 - 2017

R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES	Valores Nominais			Variação %	
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU	**2015**	**2016**	**2017**	**2016 X 2015**	**2017 X 2016**
Contrato de Gestão - Paranacidade	14.311.000	10.877.000	21.041.000	-24,00	93,44
Outros Desembolsos	683.015	138.457	-	-79,73	
Transferência à SEFA	5.250.000	-	-		
Empréstimo a COHAPAR	10.000.000	-	-		
TOTAL - FDU	**30.244.015**	**11.015.457**	**21.041.000**	**(63,58)**	**91,01**



Evolução nos Desembolsos: 2017 x 2016 = 91,01%
2016 x 2015 = -63,58%

COMPARATIVO DAS RECEITAS NO EXERCÍCIO 2017

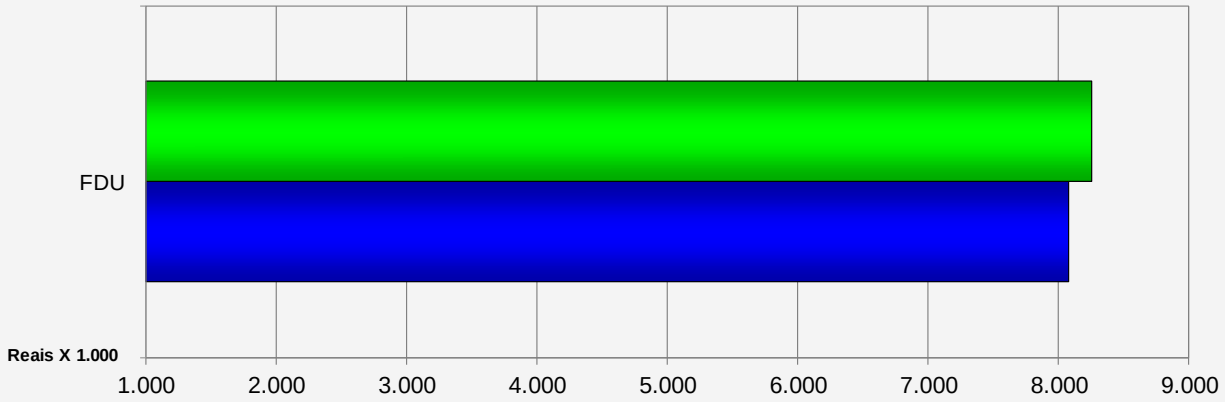
ORÇADO X REALIZADO

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU				
- Rendimentos de aplicações financeiras	8.250.000	8.076.025	173.975	97,89
TOTAL	(*) **8.250.000**	**8.076.025**	**173.975**	**97,89**

(*) Aprovado na 145ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



	FDU
ORÇADO	8.250
REALIZADO	8.076

R$ 1,00

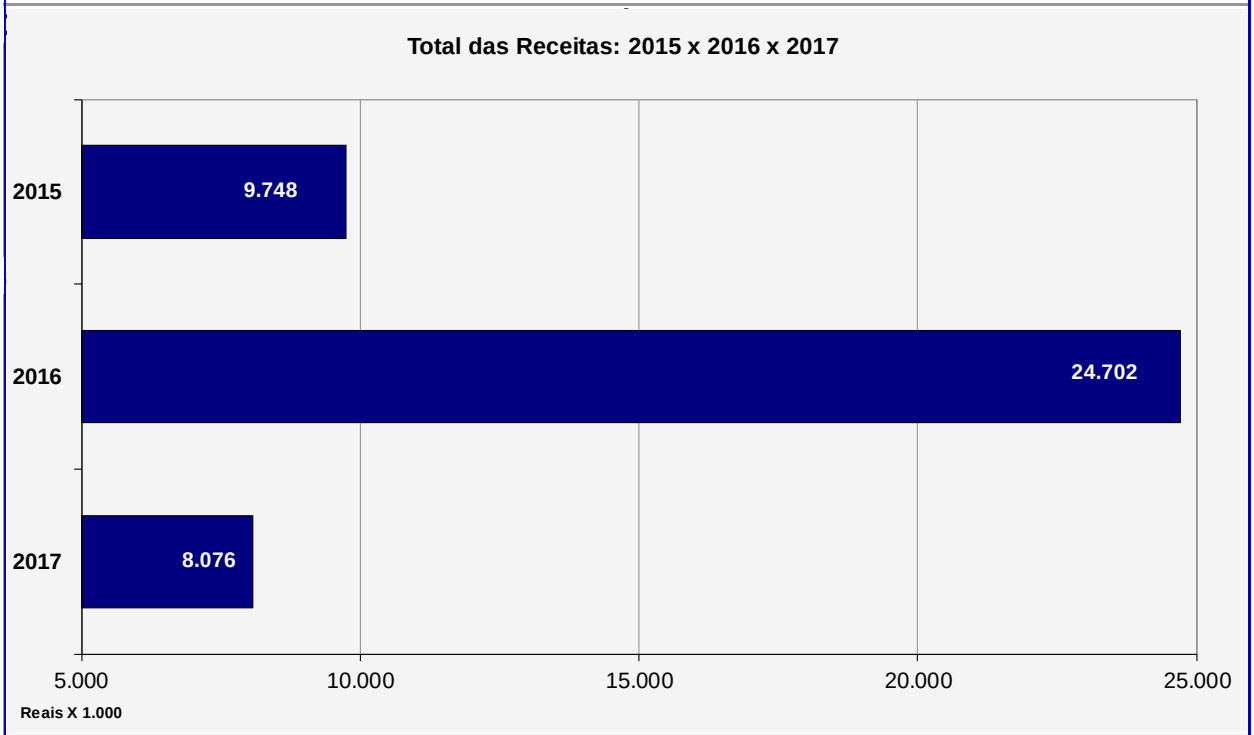
DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2017
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS	
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	59.653.382
TOTAL	**59.653.382**

COMPARATIVO DAS RECEITAS DE RECURSOS

EXERCÍCIOS 2015 - 2016 - 2017

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2015	2016	2017	VARIAÇÃO %	
					2016 x 2015	2017 x 2016
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU						
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	7.169.942	8.007.097	8.076.026	11,68	0,86
- OUTRAS RECEITAS / Juros Empréstimo COHAPAR	-	2.577.574	16.694.986	-	547,70	
TOTAL		**9.747.516**	**24.702.083**	**8.076.026**	**153,42**	**-67,31**



Evolução das Entradas de Recursos: 2017 x 2016 = -67,31%
2016 x 2015 = 153,42%

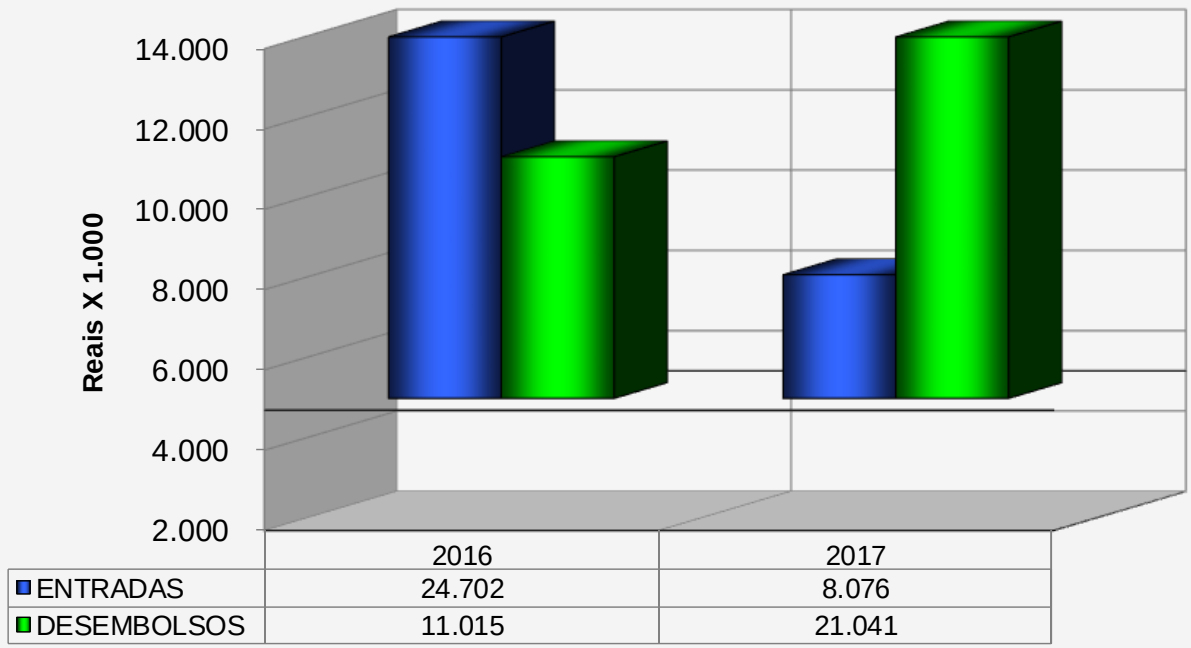
COMPARATIVO RECEITAS X DESEMBOLSOS

REALIZADOS em 2016 e 2017

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	FDU		VARIAÇÃO % (2016 x 2017)
	2016	2017	
RECEITAS	24.702.083	8.076.025	-67,31
DESEMBOLSOS	11.015.457	21.041.000	91,01
DIFERENÇAS (Entradas - Desembolsos)	13.686.626	-12.964.975	-194,73

FDU



R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	67.368.356	59.653.382
TOTAL	**67.368.356**	**59.653.382**

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

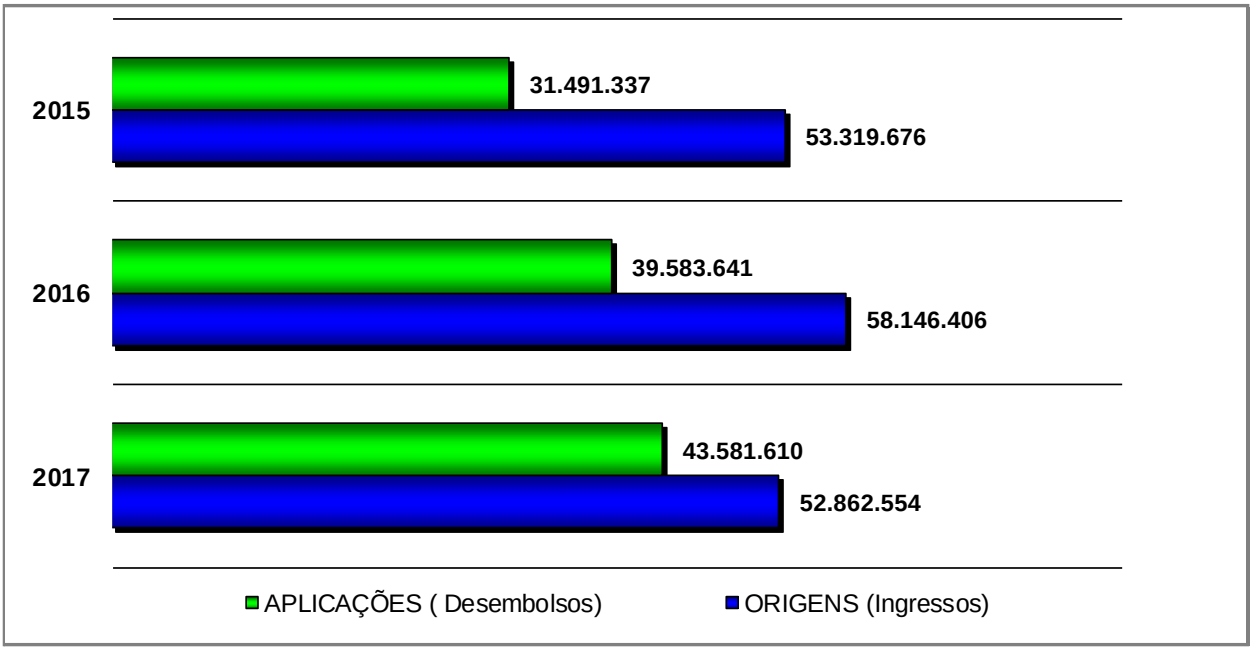
- **DEMONSTRATIVO GERENCIAL DOS FLUXOS DE CAIXA**

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2017 X 2016 X 2015

Em R$ 1,00

CONTA PARANACIDADE			
AÇÕES ADMINISTRATIVAS	**2017**	**2016**	**2015**
ORIGENS (Ingressos)	**52.862.554**	**58.146.406**	**53.319.676**
. Saldo ano anterior	18.562.765	21.828.339	24.396.896
. Recursos manutenção (C.Gestão)	21.041.000	10.877.000	14.311.000
. Rendas de aplicações financeiras	334.446	524.381	619.560
. Agência de Fomento - SFM/PPU	12.247.880	24.778.663	13.884.179
. BRDE	676.389		
. Outras Receitas	74	138.023	108.041
APLICAÇÕES (Desembolsos)	**43.581.610**	**39.583.641**	**31.491.337**
. Despesas de pessoal	31.848.987	30.502.905	27.494.810
. Despesas de custeio	3.893.694	2.962.016	3.254.735
. Investimentos	213.735	882.007	467.022
. Convênios	7.625.194	5.236.713	274.770
SALDO	**9.280.944**	**18.562.765**	**21.828.339**

Nota : Regime de Caixa.

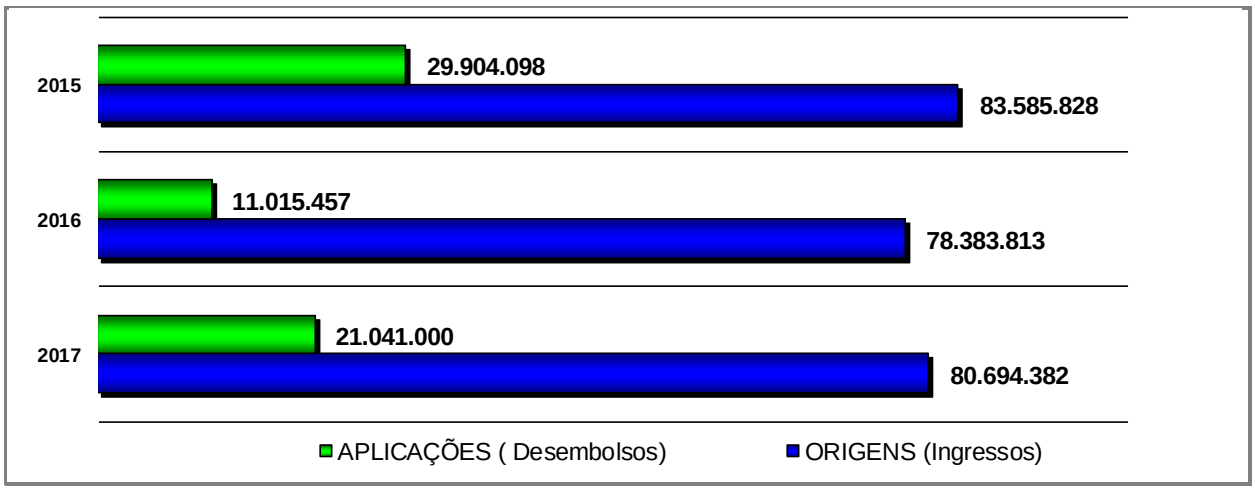


DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2017 X 2016 X 2015

Em R$ 1,00

CONTAS FDU			
AÇÕES OPERACIONAIS	**2017**	**2016**	**2015**
ORIGENS (Ingressos)	**80.694.382**	**78.383.813**	**83.585.828**
. Saldo ano anterior	67.368.356	53.681.730	73.838.312
. Rendas de aplicações financeiras	8.076.026	8.007.097	7.169.942
. Juros Empréstimo COHAPAR	-	16.694.986	2.577.574
. Retorno empréstimo SEFA	5.250.000	-	-
APLICAÇÕES (Desembolsos)	**21.041.000**	**11.015.457**	**29.904.098**
. Transferência à SEFA	-	-	5.250.000
. Decreto Renda Líquida	-	138.457	343.098
. COHAPAR	-	-	10.000.000
. Manutenção Paranacidade (C. Gestão)	21.041.000	10.877.000	14.311.000
SALDO	**59.653.382**	**67.368.356**	**53.681.730**

Nota : Regime de Caixa.



ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em R$ mil

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e Bancos	16	24	Fornecedores	386	386
Aplicações financeiras (nota 4)	9.265	18.539	Salários e encargos sociais	768	720
Contas a Receber-Ag.Fomento do PR (nota 6)	106	804	Obrigações sociais e fiscais	596	534
Contrato de Gestão FDU	9.165	5.230	Provisão para férias e encargos	3.365	3.092
Almoxarifado	46	36	Convênio de cooperação técnica (nota 9)	5.028	12.653
Adiantam. a empregados	94	252	Outras contas a pagar	9	9
Depositos Judiciais	11	11			
Outros créditos	457	370	**Total do passivo circulante**	**10.152**	**17.394**
Total do ativo circulante	**19.160**	**25.266**			
NÃO CIRCULANTE			**PATRIMÔNIO LÍQUIDO** (nota 10)		
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
Imobilizado (nota 7)	1.611	1.986	Superávits acumulados	7.251	7.215
Intangível – (nota 8)	1.198	1.923			
			Total do patrimônio líquido	**11.817**	**11.781**
Total do ativo não circulante	**2.809**	**3.909**			
TOTAL DO ATIVO	**21.969**	**29.175**	**TOTAL DO PASSIVO**	**21.969**	**29.175**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas do contrato de gestão (nota 1.a/ nota 5)	24.976	9.440
Receitas do ato conjunto (nota explicativa 1.b)	13.087	28.260
Receitas financeiras	334	524
Outras receitas	679	113
TOTAL DAS RECEITAS	**39.076**	**38.337**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal (nota 11)	(32.201)	(30.897)
Despesas gerais (nota 12)	(2.099)	(1.990)
Utilidades e serviços contratados (nota 13)	(2.865)	(1.935)
Despesas tributárias	(1.875)	(3.484)
TOTAL DAS DESPESAS	**(39.040)**	**(38.306)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**36**	**31**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	4.566	7.184	11.750
Superávit do exercício	-	31	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	4.566	7.215	11.781
Superávit do exercício	-	36	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	4.566	7.251	11.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	2017	2016
Resultado Líquido do Período	36	31
Outros Resultados Abrangentes		
Variações na Reserva de reavaliação	-	-
Ganhos e perdas em planos atuariais em planos de pensão	-	-
Ganhos e perdas derivados de conversão de Demonstrações	-	-
Contábeis de Operações no exterior	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERIODO	**36**	**31**

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Superávit (déficit) do exercício	36	31
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciação e amortização	1.318	1.235
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contrato de gestão	(3.935)	1.437
Contas a receber - AFPR	698	(372)
Prefeitura Municipal de Piraquara	-	2
Estoques	(10)	(7)
Adiantamentos a empregados	161	5
Outros créditos	(89)	144
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	0	(9)
Salários e encargos sociais	64	46
Obrigações fiscais e sociais	61	44
Provisão de férias e encargos	274	274
Outras contas a pagar	(16)	18
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(1.438)	2.848
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(219)	(876)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(219)	(876)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Convênio de cooperação técnica	(7.625)	(5.237)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(7.625)	(5.237)
AUMENTO (REDUÇAO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(9.282)	(3.265)
No início do exercício	18.563	21.828
No final do exercício	9.281	18.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem como atividades principais:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a serem firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

a) A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996.

No exercício de 2017 o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R$ 24.976 (R$ 9.440 em 2016) a título de Contrato de Gestão.

b) Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 15 de fevereiro de 2006, com a Agência de Fomento do Paraná S/A, voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a serem processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2017, a Entidade recebeu R$ 13.087 (R$ 28.260 em 2016) por conta desse Ato Conjunto, valores brutos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e 4,65% CSRF - Contribuições Sociais da Receita Federal.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com à Lei das Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimentos dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINICIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, construção e depreciados pelo método linear com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens conforme descrito na nota nº 7.

Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Passivo Circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulante e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Serviço Social Autônomo Paranacidade é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2017	2016
Banco do Brasil	6.773	15.756
Caixa Econômica Federal	2.492	2.783
	9.265	**18.539**

5. CONTRATO DE GESTÃO - FDU

No exercício de 2017 o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R$ 24.976 (R$ 9.440 em 2016) a título de Contrato de Gestão.

6. CONTAS A RECEBER AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

Descrição		2017	2016
Contas a receber Agência de Fomento do Paraná S/A		106	804
ISS s/faturas Agência de Fomento do Paraná S/A	(a)	1.489	1.489
(-)Provisão para realização dos créditos AFPR S/A	(a)	-1.489	-1.489
		106	804

a) O montante de R$ 1.489 refere-se a retenção do ISS sobre os pagamentos efetuados pela Agência de Fomento do Paraná S/A ao Paranacidade. Essa retenção é decorrente de notificação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Agência de Fomento, a qual discute judicialmente a legalidade da retenção. Dessa forma, a Agência de Fomento aguarda a decisão da lide para efetuar o pagamento ao Paranacidade.

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	2017	2016
Terrenos		210	210
Edificações	4	809	809
Computadores e equip. informática	20	2.563	2.368
Móveis e utensílios	10	1.206	1.201
Veículos	20	2.239	2.239
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	10	160	147
		7.276	**7.063**
(-) Depreciação acumulada		(5.665)	(5.077)
		1.611	**1.986**

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

8. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização % a.a.	2017	2016
Softwares	20	2.848	2.843
Sistema de telefonia e telemática	20	2.357	2.357
		5.205	**5.200**
(-) Amortização acumulada		(4.007)	(3.277)
		1.198	**1.923**

9. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 003/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.610	(15.241)	(86)	2.283

B) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 005/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de

Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.336	(16.058)	(83)	1.195

C) Secretaria de Estado da Educação, referente ao Convênio nº 007/2010/SEDU/SEED.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre as secretarias e Municípios na implementação do Programa Escolas Municipais, para a construção de unidades de ensino para atender simultaneamente alunos das redes estadual e municipal em Municípios que apresentam indicadores sociais mais críticos e limitação financeira.

Movimentação abaixo apresentada:

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEED	1.973	26	(449)	(0)	1.550

Saldo final de Convênios de Cooperação Técnica: A + B + C = **5.028**.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo resultado apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da entidade.

11. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2017	2016
Salários	17.294	15.784
Encargos sociais	7.633	7.005
Assistência médica e social	887	791
Outras despesas com pessoal	6.387	7.317
	32.201	**30.897**

12. DESPESAS GERAIS

Descrição	2017	2016
Depreciações e amortizações	1.318	1.235
Aluguéis	222	213
Material de consumo	74	46
Viagens e representações	220	247
Combustível	119	127
Outras	146	122
	2.099	**1.990**

13. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2017	2016
Telefone e fax	74	103
Serviços de informática	1.982	833
Propaganda e publicidade	25	24
Higiene e limpeza	524	548
Copa e Cozinha	29	27
Correios	39	31
Manutenção e reparos	60	158
Consultorias	8	8
Auditoria	6	6
Outras despesas	118	197
	2.865	**1.935**

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

14. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A administração tem ciência que existem aspectos controversos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais e por este motivo, e ainda por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

15. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paranacidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em R$ mil

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e bancos	0	0	Fornecedores	9.180	5.245
Aplicações financeiras (nota 4)	59.653	67.368	Outras contas a pagar	14	14
Secretaria da Fazenda	60.000	65.250			
Contas a receber	9	9	**Total do passivo circulante**	**9.194**	**5.259**
Total do ativo circulante	**119.662**	**132.627**			
			NÃO CIRCULANTE		
			Provisões para contingências	100	100
			Total do passivo não circulante	**100**	**100**
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 5)		
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	48.201	48.201
			Superávit/ Déficit Acumulados	(18.337)	(1.437)
			Reserva conforme Decreto 5927 de 23/12/05	80.504	80.504
			Total do patrimônio líquido	**110.368**	**127.268**
TOTAL DO ATIVO	**119.662**	**132.627**	**TOTAL DO PASSIVO**	**119.662**	**132.627**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF: 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS		
Rendimentos de aplicações Financeiras	8.076	8.007
Resultado financeiro com empréstimos e financiamentos	-	885
TOTAL DAS RECEITAS	**8.076**	**8.892**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais (nota 7)	-	3
Administração – contrato de gestão	(24.976)	(9.440)
Serviços de terceiros	-	-
TOTAL DA DESPESAS	**(24.976)**	**(9.437)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**(16.900)**	**(545)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF: 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Reserva Conforme Decreto 5927/05	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	48.201	(892)	80.504	127.813
Déficit do Exercício		(545)		(545)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	48.201	(1.437)	80.504	127.268
Déficit do Exercício		(16.900)		(16.900)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	48.201	(18.337)	80.504	110.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF: 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FDU - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

	2017	2016
Resultado Líquido do Período	(16.900)	(545)
Outros Resultados Abrangentes		
Variações na Reserva de reavaliação	-	-
Ganhos e perdas em planos atuariais em planos de pensão	-	-
Ganhos e perdas derivados de conversão de Demonstrações	-	-
Contábeis de Operações no exterior	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERIODO	**(16.900)**	**(545)**

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2017**	**2016**
Superávit/ Deficit do exercício	(16.900)	(545)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Empréstimos e subempréstimos concedidos	-	15.810
Contrato de Gestão SEFA	5.250	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	3.935	(1.561)
Depósitos de Terceiros	-	(18)
Caixa liquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(7.715)	13.686
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**(7.715)**	**13.686**
No início do exercício	67.368	53.682
No final do exercício	59.653	67.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF: 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem os seguintes principais objetivos:

I – promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

II – constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos municípios paranaenses;

III – financiar as intervenções, representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional das municipalidades paranaenses e de agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

IV – contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos municípios;

V – incentivar os municípios paranaenses a participarem da formulação da política de desenvolvimento urbano, regional e institucional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apóia-los.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedada a concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementadas pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76). A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", de acordo com as taxas pactuadas.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

Passivo Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2017	2016
Banco do Brasil	8.151	7.451
Caixa Econômica Federal	51.502	59.917
	59.653	**67.368**

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do resultado apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2010 foi transferido à referida Agência o valor de R$ 717.000 de recursos do FDU.

Devido à integralização de capital feita na Agência de Fomento em 2010 (R$ 150.000), a administração do FDU determinou a transferência do saldo da conta de Superávit Acumulados (R$ 62.929) para a conta de Aumento de Capital por Superávits Acumulados.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governador do Estado do Paraná ficou inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU que em cada exercício financeiro poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

6. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2017	2016
Decreto 5.927/2005:			
	Bombeiro Comunitário	0	0
	Recuperação Orla Marítima	0	0
	Município Baixo IDH	0	0
	Devoluções de Municípios	0	-3*
			-3

*Valor devolvido pelo Município de Foz do Iguaçu, orientado pelo TCE.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF: 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

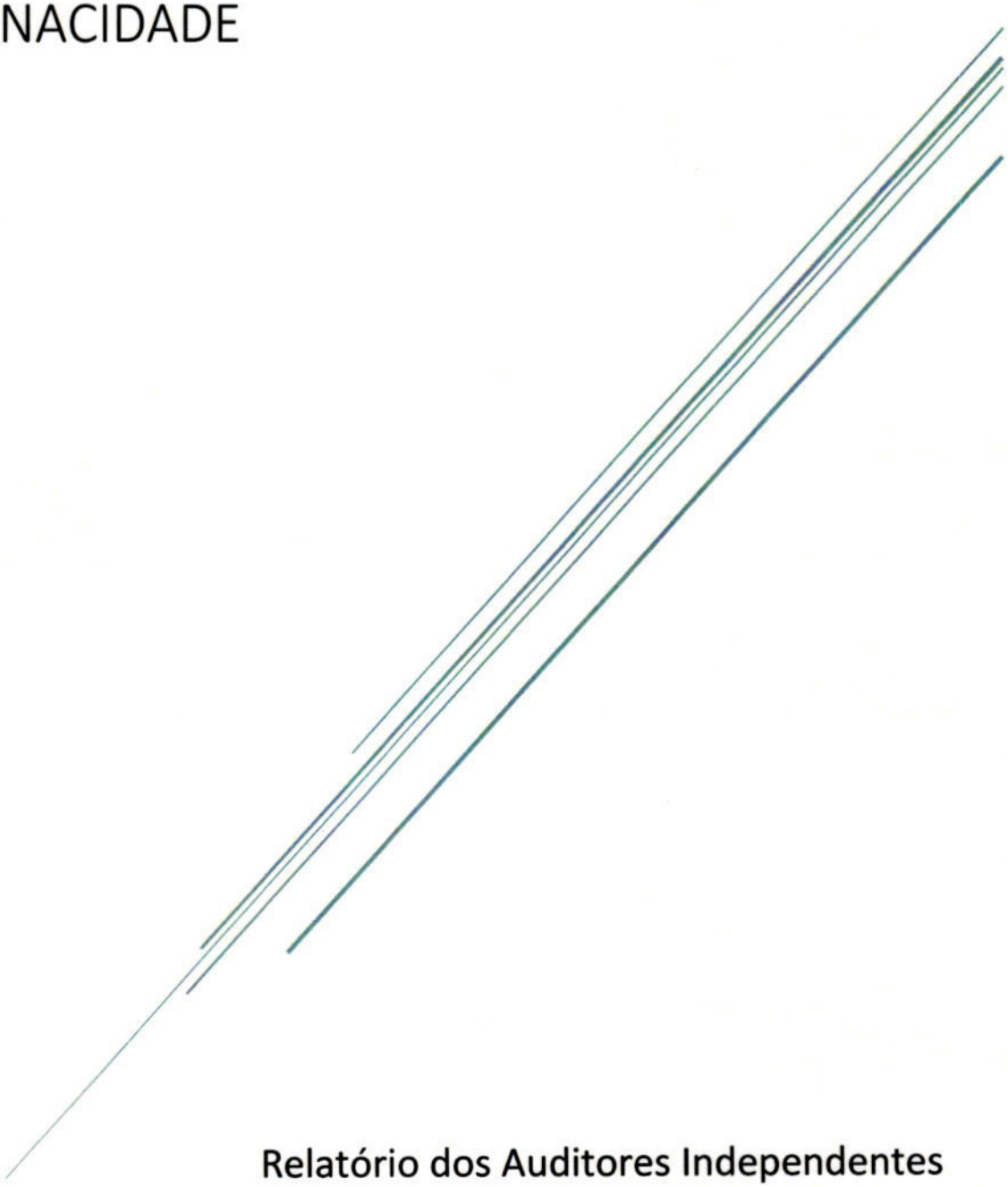
- **AUDITORIA EXTERNA**

NOTA: Os documentos originais relativos à Auditoria Externa estão sob a guarda da Coordenadoria Financeira.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO
PARANACIDADE



Relatório dos Auditores Independentes
Exercício de 2017

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Sumário

Carta de Apresentação 2
Balanços Patrimoniais 3
Demonstração do Resultado 4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 5
Demonstração dos Fluxos de Caixa 6
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 7
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras 19

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

São José dos Pinhais/PR, 6 de março de 2018.

Aos Senhores Dirigentes

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Curitiba/PR - Brasil

Prezados Senhores

Encaminhamos as demonstrações financeiras do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, acompanhadas de nosso Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Permanecemos ao dispor de V.Sas. para qualquer esclarecimento adicional sobre o assunto, agradecemos.

Santos, Barbosa & Silva Auditores Associados Ltda. - ME
CRC/PR 009223/O0

José Luiz dos Santos
CRC/PR 43834/O2

Guilherme da Silva
CRC/PR 038393/O9

Carmem Lucia dos Santos Barbosa
CRC/PR 040693/O2

SB&S Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em R$ mil

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	16	24
Aplicações financeiras (nota 4)	9.265	18.539
Contas a Receber-Ag.Fomento do PR (nota 6)	106	804
Contrato de Gestão FDU	9.165	5.230
Almoxarifado	46	36
Adiantam. a empregados	94	252
Depositos Judiciais	11	11
Outros créditos	457	370
Total do ativo circulante	**19.160**	**25.266**
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado (nota 7)	1.611	1.986
Intangível – (nota 8)	1.198	1.923
Total do ativo não circulante	**2.809**	**3.909**
TOTAL DO ATIVO	**21.969**	**29.175**

PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE		
Fornecedores	386	386
Salários e encargos sociais	768	720
Obrigações sociais e fiscais	596	534
Provisão para férias e encargos	3.365	3.092
Convênio de cooperação técnica (nota 9)	5.028	12.653
Outras contas a pagar	9	9
Total do passivo circulante	**10.152**	**17.394**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 10)		
Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
Superávits acumulados	7.251	7.215
Total do patrimônio líquido	**11.817**	**11.781**
TOTAL DO PASSIVO	**21.969**	**29.175**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

SB&S Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

		Em R$ mil
	2017	**2016**
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas do contrato de gestão (nota 1.a/ nota 5)	24.976	9.440
Receitas do ato conjunto (nota explicativa 1.b)	13.087	28.260
Receitas financeiras	334	524
Outras receitas	679	113
TOTAL DAS RECEITAS	**39.076**	**38.337**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal (nota 11)	(32.201)	(30.897)
Despesas gerais (nota 12)	(2.099)	(1.990)
Utilidades e serviços contratados (nota 13)	(2.865)	(1.935)
Despesas tributárias	(1.875)	(3.484)
TOTAL DAS DESPESAS	**(39.040)**	**(38.306)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**36**	**31**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

SB & S Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	4.566	7.184	11.750
Superávit do exercício	-	31	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	4.566	7.215	11.781
Superávit do exercício	-	36	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	4.566	7.251	11.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Superávit (déficit) do exercício	36	31
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciação e amortização	1.318	1.235
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contrato de gestão	(3.935)	1.437
Contas a receber - AFPR	698	(372)
Prefeitura Municipal de Piraquara	-	2
Estoques	(10)	(7)
Adiantamentos a empregados	161	5
Outros créditos	(89)	144
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	0	(9)
Salários e encargos sociais	64	46
Obrigações fiscais e sociais	61	44
Provisão de férias e encargos	274	274
Outras contas a pagar	(16)	18
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(1.438)	2.848
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(219)	(876)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(219)	(876)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Convênio de cooperação técnica	(7.625)	(5.237)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(7.625)	(5.237)
AUMENTO (REDUÇAO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(9.282)	(3.265)
No início do exercício	18.563	21.828
No final do exercício	9.281	18.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem como atividades principais:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a serem firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características socioeconômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

Auditores Associados
Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1° desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei n° 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar n° 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

Auditores Associados
Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

a) A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996. No exercício de 2017 o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R$ 24.976 (R$ 9.440 em 2016) a título de Contrato de Gestão.

b) Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 15 de fevereiro de 2006, com a Agência de Fomento do Paraná S/A, voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a serem processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2017, a Entidade recebeu R$ 13.087 (R$ 28.260 em 2016) por conta desse Ato Conjunto, valores brutos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e 4,65% CSRF - Contribuições Sociais da Receita Federal.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com à Lei das Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimentos dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINICIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os

Auditores Associados
Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, construção e depreciados pelo método linear com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens conforme descrito na nota nº 7.

Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Passivo Circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulante e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

Auditores Associados
Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Serviço Social Autônomo Paranacidade é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2017	2016
Banco do Brasil	6.773	15.756
Caixa Econômica Federal	2.492	2.783
	9.265	**18.539**

5. CONTRATO DE GESTÃO – FDU

No exercício de 2017 o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R$ 24.976 (R$ 9.440 em 2016) a título de Contrato de Gestão.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

6. CONTAS A RECEBER AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

Instituição Financeira	2017	2016
Contas a receber Agência de Fomento do Paraná S/A	106	804
ISS s/faturas Agência de Fomento do Paraná S/A (a)	1.489	1.489
(-)Provisão para realização dos créditos AFPR S/A (a)	-1.489	-1.489
	106	**804**

a) O montante de R$ 1.489 refere-se a retenção do ISS sobre os pagamentos efetuados pela Agência de Fomento do Paraná S/A ao Paranacidade. Essa retenção é decorrente de notificação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Agência de Fomento, a qual discute judicialmente a legalidade da retenção. Dessa forma, a Agência de Fomento aguarda a decisão da lide para efetuar o pagamento ao Paranacidade.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

7. IMOBILIZADO

	Taxa deprec. % a.a.	2017	2016
Terrenos		210	210
Edificações	4	809	809
Computadores e equip. informática	20	2.563	2.368
Móveis e utensílios	10	1.206	1.201
Veículos	20	2.239	2.239
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	10	160	147
		7.276	**7.063**
(-) Depreciação acumulada		-5.665	-5.077
		1.611	**1.986**

8. INTANGÍVEL

	Taxa amort. % a.a.	2017	2016
Softwares	20	2.848	2.843
Sistemas de telefonia e telemática	20	2.357	2.357
		5.205	**5.200**
(-) Amortização acumulada		-4.007	-3.277
		1.198	**1.923**

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

9. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 003/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.610	(15.241)	(86)	2.283

B) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 005/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.336	(16.058)	(83)	1.195

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

C) Secretaria de Estado da Educação, referente ao Convênio nº 007/2010/SEDU/SEED.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre as secretarias e Municípios na implementação do Programa Escolas Municipais, para a construção de unidades de ensino para atender simultaneamente alunos das redes estadual e municipal em Municípios que apresentam indicadores sociais mais críticos e limitação financeira.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEED	1.973	26	(449)	(0)	1.550

Saldo final de Convênios de Cooperação Técnica: A + B + C = **5.028**.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo resultado apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da entidade.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

11. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2017	2016
Salários	17.294	15.784
Encargos sociais	7.633	7.005
Assistência médica e social	887	791
Outras despesas	6.387	7.317
	32.201	**30.897**

12. DESPESAS GERAIS

Descrição	2017	2016
Depreciações e amortizações	1.318	1.235
Aluguéis	222	213
Material de consumo	74	46
Viagens e representações	220	247
Combustíveis	119	127
Outras despesas	146	122
	2.099	**1.990**

13. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2017	2016
Telefone e fax	74	103
Serviços de informática	1.982	833
Propaganda e publicidade	25	24
Higiene e limpeza	524	548
Copa e cozinha	29	27
Correios	39	31
Manutenção e reparos	60	158
Consultorias	8	8
Auditoria	6	6
Outras despesas	118	197
	2.865	**1.935**

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

14. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A administração tem ciência que existem aspectos controversos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais e por este motivo, e ainda por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

15. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paranacidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores Dirigentes

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Curitiba/PR - Brasil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para nossa opinião

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação ao **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE tem missão institucional de fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado do Paraná, relacionados necessariamente ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos Municípios, bem como administrar recursos e de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU (Nota Explicativa nº 1). Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Acompanhamento de Inventário

A nossa contratação ocorreu em 1° de fevereiro de 2018, portanto após o encerramento do exercício sob nosso exame, impossibilitando-nos de acompanhar os procedimentos de inventário físico dos estoques mantidos no almoxarifado. Aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, apropriados para suprir a necessidade evidências de auditoria consideradas na validação daqueles saldos registrados na conta "Almoxarifado", que totalizam: R$ 45.991,94. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros Assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**, é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Gestão e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**;

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**, a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**, ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE** e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Auditoria dos valores correspondentes ao balanço patrimonial de 1° de janeiro de 2017

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cujo balanço patrimonial e respectivas notas explicativas estão sendo apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório com data de 6 de fevereiro de 2017, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São José dos Pinhais/PR, 06 de março de 2018.

Santos, Barbosa & Silva Auditores Associados Ltda. - ME
CRC/PR 009223/O0

José Luiz dos Santos
CRC/PR 43834/O2

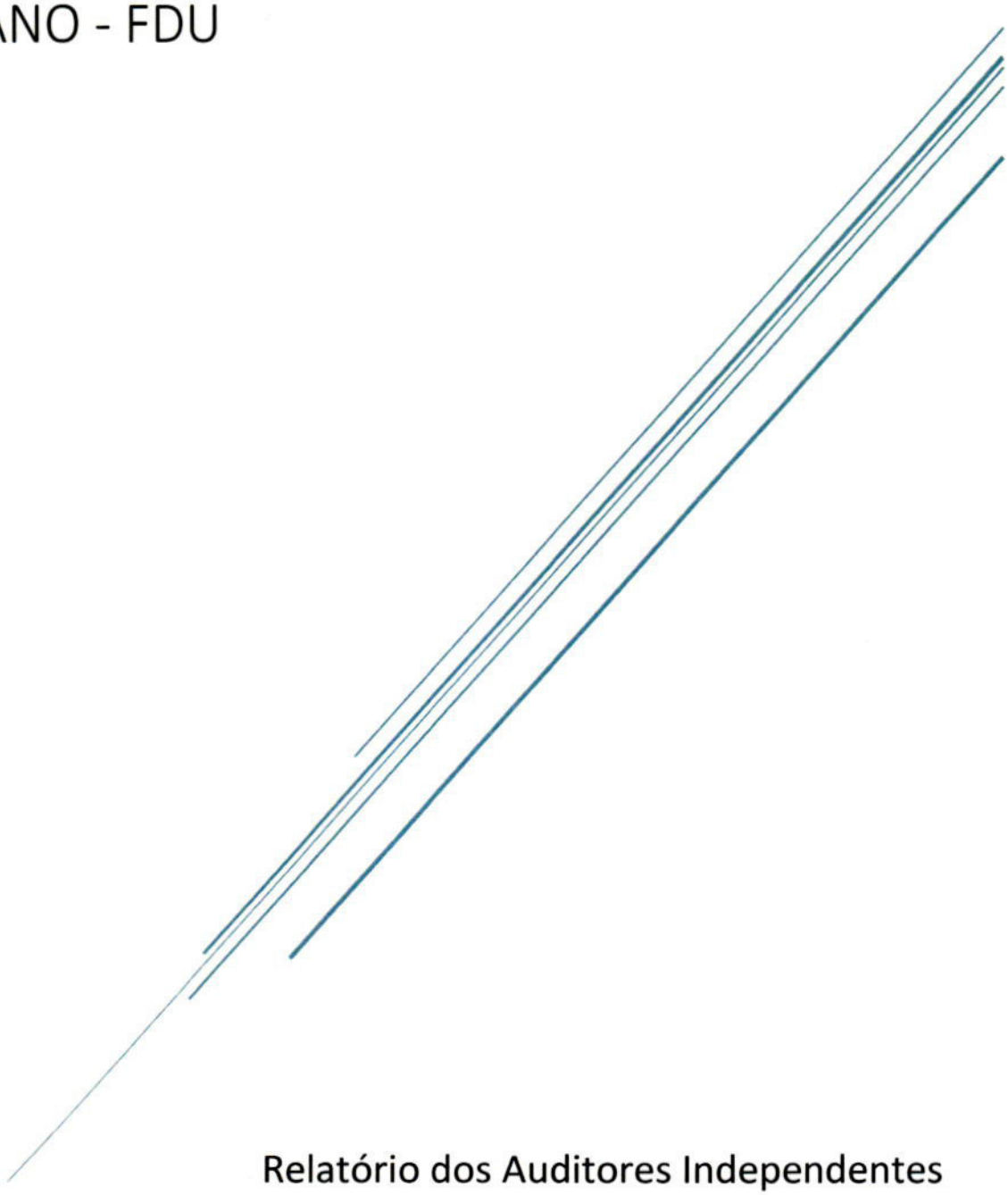
Guilherme da Silva
CRC/PR 038393/O9

Carmem Lucia dos Santos Barbosa
CRC/PR 040693/O2

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU



Relatório dos Auditores Independentes
Exercício de 2017

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Sumário

Carta de Apresentação 2
Balanços Patrimoniais 3
Demonstração do Resultado 4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 5
Demonstração dos Fluxos de Caixa 6
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 7
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras 13

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

São José dos Pinhais/PR, 6 de março de 2018.

Aos Senhores Dirigentes

Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU

Curitiba/PR - Brasil

Prezados Senhores

Encaminhamos as demonstrações financeiras do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, acompanhadas de nosso Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Permanecemos ao dispor de V.Sas. para qualquer esclarecimento adicional sobre o assunto, agradecemos.

Santos, Barbosa & Silva Auditores Associados Ltda. - ME
CRC/PR 009223/O0

José Luiz dos Santos
CRC/PR 43834/O2

Guilherme da Silva
CRC/PR 038393/O9

Carmem Lucia dos Santos Barbosa
CRC/PR 040693/O2

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

PARANÁ

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em R$ mil

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	0	0
Aplicações financeiras (nota 4)	59.653	67.368
Secretaria da Fazenda	60.000	65.250
Contas a receber	9	9
Total do ativo circulante	**119.662**	**132.627**
TOTAL DO ATIVO	**119.662**	**132.627**

PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE		
Fornecedores	9.180	5.245
Outras contas a pagar	14	14
Total do passivo circulante	**9.194**	**5.259**
NÃO CIRCULANTE		
Provisões para contingências	100	100
Total do passivo não circulante	**100**	**100**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 5)		
Recursos do Governo do Estado do Paraná	48.201	48.201
Superávit/ Déficit Acumulados	(18.337)	(1.437)
Reserva conforme Decreto 5927 de 23/12/05	80.504	80.504
Total do patrimônio líquido	**110.368**	**127.268**
TOTAL DO PASSIVO	**119.662**	**132.627**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF: 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

SB&S Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS		
Rendimentos de aplicações Financeiras	8.076	8.007
Resultado financeiro com empréstimos e financiamentos	-	885
TOTAL DAS RECEITAS	**8.076**	**8.892**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais (nota 7)	-	3
Administração – contrato de gestão	(24.976)	(9.440)
Serviços de terceiros	-	-
TOTAL DA DESPESAS	**(24.976)**	**(9.437)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**(16.900)**	**(545)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF: 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

PARANÁ
Governo do Estado

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Reserva Conforme Decreto 5927/05	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	48.201	(892)	80.504	127.813
Déficit do Exercício		(545)		(545)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	48.201	(1.437)	80.504	127.268
Déficit do Exercício		(16.900)		(16.900)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	48.201	(18.337)	80.504	110.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF: 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Superávit/ Deficit do exercício	(16.900)	(545)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Empréstimos e subempréstimos concedidos	-	15.810
Contrato de Gestão SEFA	5.250	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	3.935	(1.561)
Depósitos de Terceiros	-	(18)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(7.715)	13.686
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**(7.715)**	**13.686**
No início do exercício	67.368	53.682
No final do exercício	59.653	67.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF: 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem os seguintes principais objetivos:

I – promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

II – constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características socioeconômicas e à capacidade financeira dos municípios paranaenses;

III – financiar as intervenções, representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional das municipalidades paranaenses e de agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

IV – contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos municípios;

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

V – incentivar os municípios paranaenses a participarem da formulação da política de desenvolvimento urbano, regional e institucional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedado a concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76),

Auditores Associados
Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

complementadas pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", de acordo com as taxas pactuadas.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

Passivo Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2017	2016
Banco do Brasil	8.151	7.451
Caixa Econômica Federal	51.502	59.917
	59.653	**67.368**

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do resultado apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2010 foi transferido à referida Agência o valor de R$ 717.000 de recursos do FDU.

Devido à integralização de capital feita na Agência de Fomento em 2010 (R$ 150.000), a administração do FDU determinou a transferência do saldo da conta de Superávit Acumulados (R$ 62.929) para a conta de Aumento de Capital por Superávits Acumulados.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governador do Estado do Paraná ficou inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU que em cada exercício financeiro poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

6. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2017	2016
Decreto	Bombeiro Comunitário	-	-
5.927/200	Recuperação Orla Marítima	-	-
5	Município Baixo IDH	-	-
	Devoluções de Municípios	-	-3*
		-	**-3***

*Valor devolvido pelo Município de Foz do Iguaçu, orientado pelo TCE.

João Carlos Ortega
Superintendente
CPF 413.482.659-49

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Senhores Diretores e Cotistas

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU

Curitiba/PR - Brasil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Base para nossa opinião

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação ao **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU**, é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Gestão e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às

circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU**;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU**, a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU**, ou atividades de negócio para expressar uma opinião

Auditores Associados
Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU** e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Auditores Associados

Rua Joaquim Nabuco | 900
Sala 3 | Cidade Jardim
São José dos Pinhas | PR
CEP: 83.040-210
Tel. 55 41 3282-8408 | 3035-7338

Auditoria dos valores correspondentes ao balanço patrimonial de 1° de janeiro de 2017

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cujo balanço patrimonial e respectivas notas explicativas estão sendo apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório com data de 6 de fevereiro de 2017, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São José dos Pinhais/PR, 06 de março de 2018.

Santos, Barbosa & Silva Auditores Associados Ltda. - ME
CRC/PR 009223/O0

José Luiz dos Santos
CRC/PR 43834/O2

Guilherme da Silva
CRC/PR 038393/O9

Carmem Lucia dos Santos Barbosa
CRC/PR 040693/O2

ANEXO

- **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO**

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Rua Dep. Mário de Barros, 1290 | 1º andar | CEP 80530.913 | Caixa Postal 15079 | Curitiba | Paraná
Fone [41] 3350-3300 | Fax [41] 3353-3300 | www.paranacidade.org.br | paranacidade@paranacidade.org.br

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DELIBERAÇÃO

Nº 001/2018

O Conselho de Administração do PARANACIDADE, no uso da competência que lhe confere a Lei Estadual Nº 15.211, de 17 de julho de 2006 e as suas disposições regimentais e tendo em vista a deliberação plenária por ocasião da 147ª Reunião Ordinária realizada em 25 de abril de 2018,

RESOLVE

I. Declarar aprovado o Relatório de Gestão do PARANACIDADE, referente ao exercício de 2017, bem como as "DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS", apresentados pela sua Diretoria Executiva, acompanhados do parecer da SANTOS BARBOSA & SILVA AUDITORES ASSOCIADOS LTDA.-ME;

II. Recomendar à Superintendência da Entidade que encaminhe o referido Relatório de Gestão e suas peças complementares à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para posterior envio à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Tribunal de Contas.

Curitiba, 25 de abril de 2018.

Presidente do Conselho de Administração